



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA 25ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 21 DE NOVEMBRO DE 2023

ATA Nº. 29 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.3. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.4. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
 - 3.5. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.6. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.7. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.8. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.9. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.10. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.11. SR. DEPUTADO NUNO CUSTÓDIO (IN-OV)
 - 3.12. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.13. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.14. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 3.15. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.16. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.17. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
 - 3.18. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)

- 3.19. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.20. SR.^a DEPUTADA FÁTIMA RODRIGUES (IN-OV)
- 3.21. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.22. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.23. SR. DEPUTADO EDNILSON SANTOS (IN-OV)
- 3.24. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.24.1. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA CANTORA SARA TAVARES,
APRESENTADO ORALMENTE PELS.R. DEPUTADO EDNILSON SANTOS DO GRUPO
POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
- 3.24.1.1. VOTAÇÃO
- 3.25. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.26. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.27. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.28. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.29. SR. DEPUTADO ROMEU MONTEIRO (IL)
- 3.30. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.31. SR.^a DEPUTADA FÁTIMA RODRIGUES (IN-OV)
- 3.32. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.33. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.34. SR. VEREADOR NUNO NETO
- 3.35. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.36. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.37. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.38. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.39. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.40. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 898/2023 – GAF - RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OEIRAS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES NO ANO 2023 - ADIADA
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 899/2023 – GCAJ - RELATIVA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A QUALIDADE (APQ) - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 666/2022 E NOVA DELIBERAÇÃO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À ASSOCIAÇÃO
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.2.1.1. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 903/2023 – UGPS - RELATIVA AO REGULAMENTO DO SERVIÇO “MÉDICO EM CASA” DO MUNICÍPIO DE OEIRAS – APROVAÇÃO FINAL
- 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 913/2023 – DGREAE - RELATIVA À APROVAÇÃO FINAL DO NOVO “REGULAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR” - REVOGA O REGULAMENTO 288/2019, DE 28 DE MARÇO (DRE. 2.ª SÉRIE)
- 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 932/2023 – GAF - RELATIVA À JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 698/2020 - RENOVAÇÃO N.º 142/2022 - TRANSFERÊNCIA INTER-RUBRICAS
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 933/2023 – GAF - RELATIVA À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º 390/2021 -

RENOVAÇÃO N.º 147/2022 - TRANSFERÊNCIA INTER-RUBRICAS - RETIRADA

4.7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 937/2023 – UPAG - RELATIVA À REALIZAÇÃO DA 2.ª EDIÇÃO DO EVENTO “AÇORES E MADEIRA NO MERCADO”, NO MERCADO MUNICIPAL DE OEIRAS – ISENÇÃO DE TAXAS

4.7.1. VOTAÇÃO

4.8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 947/2023 – GCI - RELATIVA À ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA A INOVAÇÃO EM GASTRONOMIA OEIRAS INNOVGASTRONOMY

4.8.1. VOTAÇÃO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5.1. SR. JOSÉ MANUEL DE CARVALHO, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.2. SR. NUNO FILIPE DA COSTA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.3. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.

5.4. SR. NUNO FILIPE DA COSTA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.5. SR. CAMILO SARAIVA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.6. SR. DUARTE FIGUEIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.7. SR.ª PRESIDENTE DA A.M. DISSE

5.8. SR.ª DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <u>Quinquagésima</u>			
<u>012-12-2023</u>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	14		
PS	3		
PSD	1		
EO	2		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INNOVAR ALGÉS	1		
INNOVAR BARCARENA	1		
INNOVAR CARANDE OUEIRAS	1		
INNOVAR OEIRAS INCO DE ARCOS	1		
INNOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 25ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 21 DE NOVEMBRO DE

-----ATA Nº. 29 / 2023-----

----- Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires

Marques, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Romeu Rabaça Monteiro, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Ana Filipa Laborinho de Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 898/2023 – GAF - relativa à Atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras para apoio à realização de Festividades no ano 2023;
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 899/2023 – GCAJ - relativa à Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) - Revogação da Proposta de Deliberação N.º 666/2022 e nova deliberação de adesão do Município de Oeiras à Associação; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 903/2023 – UGPS - relativa ao Regulamento do Serviço “Médico em Casa” do Município de Oeiras – Aprovação final; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 913/2023 – DGREAE - relativa à Aprovação final do novo “Regulamento Municipal de Ação Social Escolar” - Revoga o Regulamento 288/2019, de 28 de março (DRE. 2.ª Série);-----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 932/2023 – GAF - relativa à Junta de Freguesia de Barcarena – Contrato Interadministrativo N.º 698/2020 - Renovação N.º 142/2022 - Transferência inter-rubricas;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 933/2023 – GAF - relativa à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - Auto de Transferência N.º 390/2021 - Renovação N.º 147/2022 - Transferência inter-rubricas;-----
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 937/2023 – UPAG - relativa à Realização da 2.ª Edição do evento “Açores e Madeira no Mercado”, no Mercado Municipal de Oeiras – Isenção de Taxas;-----
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 947/2023 – GCI - relativa à Adesão do Município à Associação Laboratório Colaborativo para a Inovação em Gastronomia Oeiras InnovGastronomy. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Vamos dar início à nossa reunião.-----

----- Senhores Deputados, queria falar aqui convosco sobre uma situação que se vem repetindo, e que realmente nós temos de evitar... evitar não, fazer com que não aconteça. -----

----- Na última reunião, no Período do Público, após a intervenção do público, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), afirmava que se tinha inscrito para falar. Nenhum de nós

viu essa inscrição.-----

-----Já fui ver a gravação e também não se encontra essa gravação da inscrição da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).-----

-----Nós temos de ser coerentes e verdadeiros com os outros e connosco.-----

-----Portanto, os senhores quando se inscreverem, eu agradecia... e já pedi aos meus dois secretários, e eu também estou sempre atenta a ver quem se inscreve, mas evidentemente podemos falir (deverá querer dizer falhar), errar é humano.-----

-----Mas, ninguém viu essa inscrição, e o que fica é realmente, uma situação desagradável. Parece que há aqui qualquer interesse em tirar a palavra seja a quem for. Não há.-----

-----E, da parte da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), devo chamar à atenção para um outro facto, que eu considero que será um lapso da Senhora Deputada, mas temos de ter cuidado com estas coisas que fazemos. A Senhora Deputada, entrega Declarações de Voto, e desta vez entregou uma referente à votação da proposta relativa à delegação de competências do Município para a Parques Tejo, em que diz que se abstém, não se absteve. Por acaso lembrava-me, tinha escrito, e a Senhora Deputada votou contra.-----

-----Comuniquei-lhe, que não se tinha abtido nessa votação, que tinha votado contra, e a Senhora Deputada retificou, “muito bem, enganei-me, votei contra”. Mas a sua Declaração de Voto é perfeitamente igual, para se ter abtido ou ter votado contra.”-----

3.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Prova que é um lapso, mais nada.”-----

3.3. A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Prova que é um descuido da Senhora Deputada, e prova que é uma atitude... que a Senhora, no fundo, faz afirmações que não são verdadeiras.-----

-----E se nós não tivéssemos gravação, estávamos aqui uma contra a outra a dizer: eu abstive-me, eu votei contra... Não. Não é possível.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os Senhores têm de ter cuidado, todos nós temos de ter cuidado, mas isto não é propriamente um lapso. Uma pessoa dizer que se abstém ou ter votado contra... enfim... -----

----- Vamos considerar...” -----

3.4. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: -----

----- “Só a Mesa é que pode cometer lapsos...” -----

3.5. A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Não. E os Senhores também podem cometer lapsos.-----

----- Isto é um lapso, certamente.-----

----- Eu só peço que sejamos todos mais rigorosos e mais cuidadosos, todos, a começar por mim. Eu se cometer algum erro eu assumi-lo-ei.-----

----- Agora não pode ser, é os Senhores estarem a acusar a Mesa de erros que nós não cometemos. E, no fundo, serem os Senhores a cometer.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, vamos lá ver se nós conseguimos também, ter alguma elegância na maneira como aqui nos comportamos.-----

----- Da parte do vosso Grupo Político, eu já precisei de vir aqui pedir à informática, que projetasse, para se concluir... também de uma afirmação da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO). E, portanto, há que ter cuidado nestas coisas... Todos, mas especialmente para quem tem sido useiro e vezeiro nestes erros, que, realmente, não podem continuar, para bem de todos nós, para bem desta Assembleia, para bem do Poder Local. -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) pretende usar da palavra? Faz favor.”

3.6. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada por este início de reunião. -----

-----Parece que estávamos a adivinhar, porque era precisamente por aí que eu também queria começar. -----

-----Queria começar primeiro por lhe perguntar se já tinha ido ver o vídeo-árbitro? Ainda bem que estas Assembleias são filmadas. Lamento é que a Senhora Presidente não tenha hoje projetado o vídeo, para vermos precisamente que o seu colega de Mesa, tinha visto o meu pedido para usar a palavra, incluindo apontando para mim, referir o meu nome, só não está o microfone ligado (como de resto, nunca está). E, portanto, Senhora Presidente, lamento imenso, que hoje não esteja também a fazer a projeção desse vídeo. Não era conveniente hoje mostrar que afinal é a Deputada que tem razão? É que, se calhar, era conveniente. Aproveito que a Senhora Presidente começou a Assembleia por aí, para precisamente pedir que projetassem o vídeo, para pedir que instalassem o sistema que os deputados possam carregar no botão e que fique logo a informação na Mesa, de que os deputados pediram a palavra, por exemplo. E também um bocadinho mais de atenção da Mesa ao olharem para os deputados, porque se a Senhora Presidente for ver o vídeo também vê que estavam muito entretidos nessa Mesa a ler uma revista. Também vão ver, na Assembleia anterior (lá está ainda o vídeo-árbitro) que também estavam entretidos a ver uma revista.”-----

3.7. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Uma revista?”-----

3.8. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu o seguinte:-----

-----“Sim, Senhora Presidente.-----

-----Não foi ver o vídeo?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----

-----“Não.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou dizendo o seguinte:---

-----“Ah, mas então, se calhar, devia ver. Como acabou de afirmar que tinha ido ver. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- De qualquer forma...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Sim Senhora Presidente?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** perguntou o seguinte: -----

----- “Posso terminar a minha intervenção?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou dizendo o seguinte: ---

----- “Na minha opinião (e é comprovável pelo vídeo como eu disse), o vídeo da Assembleia em causa, se já teve oportunidade de ver, ao contrário do que disse, não era a minha palavra contra a sua. O seu colega de Mesa, que está do seu lado esquerdo, viu a minha intervenção, e, portanto, o que eu peço à Senhora Presidente, antes de fazer estas declarações... e se não viu o vídeo como afirmou, deve ir rever, e deve ter a certeza daquilo que está a dizer, precisamente quando traz os assuntos aqui.-----

----- Em relação à Declaração de Voto, eu respondi, na hora: Tem sim senhor toda a razão. Fui eu que me enganei numa palavra, por isso é que a Declaração de Voto não mudou, porque a justificação toda estava lá para votar contra.-----

----- Lamento imenso o lapso, e que a Senhora Presidente hoje tenha aproveitado para juntar os dois assuntos para me descredibilizar.” -----

3.9. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Meus Senhores, encerramos a questão. Mas uma pessoa votar contra ou abster-se, não

é a mesma coisa.”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----“Não, não...Não vale a pena. Depois a Senhora não pode fazer afirmações que não são verdadeiras.-----

-----Eu na altura perguntei aos meus colegas de Mesa se alguém tinha visto a sua inscrição...Não, não, desculpe, acabamos...”-----

3.10. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, vá só ver o vídeo... e o seu colega de Mesa, lá fora, afirmou que tinha visto, desculpe lá...”-----

3.11. O Senhor Deputado Nuno Custódio (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Isso é mentira...”-----

3.12. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“A Senhora está a levantar...”-----

3.13. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, é só vermos o vídeo. Projete o vídeo então, se há essa dúvida.”

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Não, não há. Pode-se ver o vídeo...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:**-----

-----“Não vamos perder mais tempo. Eu farei quando...”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:**-----

-----“Concordamos, finalmente...avancemos.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Podemos passar o vídeo... Agora a Senhora está a levantar uma calúnia, porque está a dizer que um colega, que me disse a mim que não tinha visto nenhuma inscrição, e a Senhora está a dizer que ele disse que, se tinha inscrito...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, vá ver o vídeo, é suficiente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Olhe, e a Senhora também vá ver o vídeo. E tenha mais cuidado com as suas Declarações de Voto, para não se enganar tanto. -----

----- Bem, vamos continuar com os nossos trabalhos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, pediu que fosse retirada da Ordem de Trabalhos, a Proposta número novecentos e trinta e três. Portanto, é o ponto seis da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Está aberto o Período Antes da Ordem do Dia.” -----

3.14. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na última Sessão, no período dedicado às intervenções do público, uma senhora fez algumas afirmações nesta Assembleia, que mereceram na altura um comentário. -----

----- Eu entendo que, de facto, esta Assembleia não é o local ideal para desabafos de estados de alma, mas estes desabafos ficam com quem os pronuncia. -----

----- Um ponto, no entanto, que aqui na altura, não foi referido, e importa referi-lo hoje, até porque não o fazer, significaria uma injustiça terrível para uma pessoa que aqui foi mencionada. -

----- Foi dito aqui, por essa senhora (que eu confesso não recordo o nome), foi referido aqui que haveria um conflito de interesses com uma Dirigente do Município, concretamente a Doutora Paula Saraiva, eu refiro o nome porque o nome dela foi mencionado por essa senhora.

----- É manifesto, e é do conhecimento geral que a Doutora Paula Saraiva, para além de uma honorabilidade que não pode ser questionada, porque tem dado mais do que provas evidentes ao longo de toda a sua carreira, e a sua competência profissional é de tal forma evidentemente

notável, que eu não poderia deixar de referir, e de alguma forma manifestar, quase como que em jeito de desagrado, estas palavras declarando que, de maneira nenhuma poderia deixar de condenar e de repudiar a mensagem que aqui foi transmitida pela senhora. Portanto, um pedido de desculpa, em nome da minha Bancada à Doutora Paula Saraiva, pelo facto de não ter tido esta intervenção na última Sessão.” -----

3.15. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Depois deste início de sessão, que me desagradou, eu queria falar aqui de uma outra questão, que é para isso que nós aqui estamos, e que nos parece ser muito mais importante.-----

-----Vou falar um pouco da CERCI Oeiras. A CERCI Oeiras é, julgo, de todos bem conhecida há muitos anos (visto que ela existe há mais de quarenta e cinco anos neste Concelho), pelo trabalho que tem desenvolvido, pelos objetivos que sempre procurou definir como prioritários e por colmatar uma grande falha e um grande “buraco” que, infelizmente em Portugal, a saúde pública demonstra.-----

-----Esta cooperativa, no fundo, fazendo apelo a um conjunto de boas vontades, quer de outras entidades, quer de cidadãos privados, está agora a desenvolver um projeto de um jardim sensorial. E é para isso, que eu entendo que devia chamar aqui à atenção, para este projeto que me parece extremamente louvável por aquilo que são os seus objetivos.-----

-----Este jardim sensorial, no fundo, procura, e virá a ser planificado como uma integração de equipamentos e matérias sensoriais, por forma a responder a necessidades de estimulação sensorial melhorando a qualidade de vida das pessoas com deficiência profunda (e julgo que são cinquenta e uma que, neste momento, são acompanhadas na CERCI) e, portanto, apoiá-las na sua atividade diária. -----

-----Em suma, o que se procura com este projeto, que irá ser aberto à comunidade, e, portanto, irá também ter beneficiados indiretos, como serão outras instituições e outras entidades do Concelho que procurem participar nisso. No fundo, mais não visa do que descobrir, explorar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

participar e conhecer, procurando apoiar aqueles que mais necessitam, visto estarem há muito afetados por deficiências profundas. -----

----- Eu quero, dar aqui em meu nome, e em nome do PSD, os parabéns a esta associação e, no fundo, estimulá-la a continuar a prosseguir um trabalho que sendo difícil é louvável, porque visa fundamentalmente, defender os interesses dos mais fracos e tentar colocá-los na vida ativa, na sociedade.” -----

3.16. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria começar esta intervenção realizando um protesto sobre a forma e o comportamento que a Senhora Presidente da Mesa teve no final da última Assembleia. Após a intervenção de uma munícipe, não só impediu deputados desta casa de usar da palavra como ainda teceu comentários sobre as declarações da munícipe. Queria por isso colocar uma questão à Senhora Presidente: -----

----- Somos ou não um órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal que inclui as relações que esta mantém com outras entidades? Se sim, questiono se esta munícipe (que fez as afirmações) já entregou os documentos que indicou na sua intervenção e que diligências tomou a Assembleia para averiguar as suas afirmações, caso esta já tenha entregue os documentos. -----

----- Como indiquei há pouco, deixo a sugestão de que seja implementado um sistema de botões semelhante ao que existe na Assembleia da República para inscrição dos deputados, não sendo possível pede-se à Mesa que cumpra o seu papel com imparcialidade, o que não tem ocorrido. -- -----

----- Depois queria colocar uma questão relativamente ao Plano Norte de Caxias, que está em curso um período de consulta pública sobre este Plano de Pormenor, e na sessão de esclarecimentos promovida pela Câmara Municipal, prévia à divulgação dos documentos, foi pedido ao Senhor Presidente da Câmara, por alguns cidadãos presentes, que cumprisse a promessa que vem realizando desde dois mil e dezanove de fazer uma sessão pública de esclarecimentos nos

Unidos Caxienses precisamente sobre este Plano de Pormenor Norte de Caxias. Nessa sessão de outubro o Senhor Presidente mais uma vez confirmou a disponibilidade de realização dessa sessão, e uma vez que a data final da consulta pública se aproxima, questiono para quando está agendada a prometida sessão. -----

-----Relativamente ao Orçamento Participativo do bairro social: terminou em setembro o Orçamento Participativo no Bairro Sá Carneiro em que só os moradores do Bairro poderiam participar, e começo por lamentar que a publicação nas redes tivesse sido um bocadinho enganadora para todos os munícipes, uma vez indicava que “É já este sábado, trinta de setembro, que poderá votar numa das nove propostas do Orçamento Participativo”, mas que na verdade só as pessoas do bairro é que poderiam votar. -----

-----Gostaríamos de saber qual é o ponto de situação destes projetos vencedores e quais são os prazos para a implementação dos mesmos. Esperemos que ao contrário do que sucedeu com outros orçamentos participativos, estes projetos sejam de facto executados e que não acabem na mesma gaveta participativa do costume. -----

-----A última questão Senhora Presidente é para si. -----

-----Em relação às geminações do Município, diz a lei que faz parte das atribuições desta Assembleia Municipal autorizar a geminação do Município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países pelo que vimos **requerer** a esta Assembleia que nos indique: -----

-----Que geminações tem o Município de Oeiras com outras cidades/municípios, etc.; ----

-----Quais são as propostas de deliberação desta Assembleia e respetivas datas a respeito de cada uma delas;-----

-----E por último que atividades são realizadas com cada uma das geminações autorizadas por esta Assembleia.-----

-----Isto porque eu, no Salão Nobre da Assembleia, não consegui encontrar nenhuma delas. Muito obrigada.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.17. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) referiu o seguinte: -----

----- “A minha questão tem a ver com um bairro aqui bem perto de nós, o Bairro Jota Pimenta. Em que alguns moradores têm nos chegado com algumas preocupações sobre uma estrutura, que já de há muito está identificada como uma estrutura devoluta, de utilização que inicialmente estava programada para um centro comercial, nunca chegou a ser aberto, concretamente é na Rua Peixinho Júnior, no âmbito deste bairro aqui bem próximo. -----

----- Esta estrutura, tanto quanto sabemos, ou nos foi informado, tem algumas frações que são propriedade do Município, portanto, gostaríamos de confirmar esta informação, porque assim sendo, parecia-nos importante verificar quais é que têm sido as iniciativas que têm sido desenvolvidas no sentido de dar uma solução mais definitiva àquela estrutura. -----

----- Os vários moradores que nos contactaram, têm preocupações com o estacionamento do bairro, consideram que é uma área que pode ter esse potencial de contribuir para atenuar a escassez de estacionamento, eventualmente poderá vir outras funções de apoio mais coletivo, que podem ser interessantes e que se poderá estudar. Mas, de facto, é uma estrutura que está desde a origem do bairro, sem qualquer uso, degradada, sem contributo, e, portanto, confirmando esta questão, se a Câmara tem ou não uma participação como proprietária, que contributo é que poderá dar para a solução daquele problema.” -----

3.18. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Eu não podia deixar de intervir depois de ouvir duas palavras ditas pela Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), a colocar em causa a isenção da Mesa, embora eu não tenha procuração da Mesa para responder a tal afirmação, não posso deixar de me sentir, de alguma maneira, infeliz com estas palavras, na medida em que me encontro nesta Assembleia há muitos anos e, de facto, tem sido difícil perceber a lógica deste grupo em relação àquilo que são os trabalhos desta Assembleia. -----

----- Eu recordo-me, que em momentos anteriores, quando o Bloco de Esquerda estava

representado nesta Assembleia, pelo Senhor Deputado Miguel Pinto, que tendo em conta, enfim, diferenças ideológicas profundas, nunca se chegou a este ponto que estamos a atingir neste momento. Acusar a Mesa de falta de isenção é no mínimo caricato. Naturalmente que a Mesa pode ter a sua forma de trabalhar, nomeadamente a Senhora Presidente, com a qual discordamos, mas daí a afirmar-se que a sua posição é uma posição que não é isenta e não é independente relativamente a todos os grupos, vai uma grande distância. -----

-----E, por isso, o PSD não pode de aqui deixar claro que, afirmações deste tipo não são, no fundo, forma de classificar o trabalho da Mesa e, fundamentalmente, coloca em causa, esta Assembleia enquanto órgão que procura dentro das especificidades de cada um dos grupos, obter aquilo que melhor interessa aos munícipes de Oeiras, que as propostas a aprovar o sejam, que as propostas a recusar o sejam, mas que no final seja apresentado trabalho.-----

-----Portanto, entendo que, provavelmente, terá sido um deslize da Senhora Deputada e espero que, de facto, no futuro ela olhe para a Mesa de uma maneira completamente diferente.” -

3.19. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Quero aqui desde já, felicitar o Doutor Manuel Constantino (José Manuel Constantino) em que amanhã, o Concelho de Oeiras, através da FMH (Faculdade de Motricidade Humana), vai facultar a atribuição do merecido título de Doutor Honoris Causa. Eu penso que dignifica a todos nós, penso que todos nós devemos estar aqui de igual forma...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) continuou dizendo o seguinte: --- -----

-----“...Doutor José Manuel Constantino...E quero aqui, desde já, dizer que é uma honra ser Oeiras a atribuir este título. -----

-----Relativamente à questão que foi aqui trazida pelo colega Deputado Municipal Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Balcão Vicente (IN-OV), relativamente àquilo que foi referenciado face à Doutora Paula Saraiva, a queixosa (chamemos-lhe assim, porque eu não sei o nome da senhora), mencionou que iria enviar uma documentação, uma prova qualquer. Não sei se entrou, se não entrou, mas eu penso que, em razão da dignidade, e da defesa da Doutora Paula Saraiva, eu penso que esta documentação deveria ser remetida para o Ministério Público, para apuramento de responsabilidades.”-----

3.20. A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Eu só tenho aqui uma pequena questão e tem a ver com a intervenção da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), porque mencionou que a senhora que tinha feito a sua intervenção na última Sessão era munícipe. Não me pareceu que a senhora em questão fosse munícipe. Portanto, era bom que se averiguasse. Penso que a senhora em questão, pertence ao Concelho de Lisboa.”-----

3.21. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

----- “Eu esclareço. -----
----- A senhora não é munícipe, a senhora contactou a Assembleia Municipal, dizendo que queria falar sobre um assunto de interesse para o Concelho de Oeiras, mas que não residia em Oeiras. Portanto, autorizei porque a senhora disse que era uma questão de interesse para o Concelho de Oeiras. -----

----- Finalmente, também devo esclarecer que a senhora não entregou documentação alguma.” -- -----

3.22. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu não pretendia falar sobre este assunto, mas uma vez que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) voltou a trazer à discussão, o intróito desta Assembleia Municipal, não podia deixar de usar da palavra.-----

----- Mais uma vez, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) veio colocar em xeque a atuação da Mesa. Isto numa atitude que faz lembrar um político muito célebre (mas nos seus

antípodas a nível político) quando afirmava que: nunca se enganava e nunca tinha dúvidas. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) está exatamente na mesma posição, todos se enganam menos ela. -----

-----Eu aproveito a oportunidade para lhe agradecer a atenção que me dedica, porque não estando eu geograficamente colocado nesta posição dentro da sala, dentro do seu ângulo visual (a não ser que faça assim) ...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Não, eu não estava, Senhora Deputada, no monitor... Não estando eu no seu campo visual, consegui ver (como afirmou aqui na última sessão), que se tinha inscrito antes de mim (eu confesso que não sei se inscreveu antes, se se inscreveu depois, ela não está no campo visual, mas pelos vistos não estando ela no meu campo visual, eu estarei no campo visual dela. É uma questão de paralaxe das regras da física, que apenas se verificam num único sentido. Por isso mesmo o meu agradecimento.” -----

3.23. O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Hoje, eu não podia deixar passar esta Sessão sem falar de uma figura nacional, não de uma figura do Concelho, porque ontem a nossa cultura, essencialmente na área da música, acordou de uma forma estranha. Todos nós, todos grandes apreciadores da música portuguesa a nível nacional, sentimos ontem o desaparecimento físico da Sara Tavares. E todos nós aqui, acho que conhecem a história da Sara Tavares. A Sara Tavares não ganhou só o Chuva de Estrelas, mas também o Festival de Canção. Era uma pessoa que tinha uma música que tocava todos de uma forma transversal. -----

-----Por isso, eu não podia sair daqui hoje de uma forma tranquila, se não dirigisse essa palavra aqui à nossa Assembleia, no sentido de pedir uma homenagem ao desaparecimento físico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Sara Tavares, uma pessoa que diz tanto a várias gerações. Por isso, com permissão da Mesa, queria solicitar um minuto de silêncio pelo desaparecimento da figura da Sara Tavares.-----

----- Peço desculpa, acho que normalmente este é um pedido que se faz para as figuras nacionais, e também para as figuras do Concelho, mas pela elevada consideração que a pessoa que estou aqui a mencionar tem no âmbito da Cultura Nacional de uma forma transversal a toda a comunidade, queria deixar esta observação à consideração da Mesa e à consideração também do plenário relativamente a este assunto.-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

3.24. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado, no fundo, pretende fazer um Voto de Pesar pela morte da Sara Tavares, e um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Eu ponho à vossa consideração o Voto de Pesar... Se alguém se opõe?”-----

3.24.1. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA CANTORA SARA TAVARES, APRESENTADO ORALMENTE PELO SENHOR DEPUTADO EDNILSON SANTOS DO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV-----

3.24.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique

Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 162/2023** -----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA CANTORA SARA TAVARES, APRESENTADO ORALMENTE PELO SENHOR DEPUTADO EDNILSON SANTOS DO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV -----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Voto de Pesar referido em título, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento da cantora Sara Tavares, prestando-lhe homenagem com um minuto de silêncio. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- Foi feito um minuto de silêncio em memória de Sara Tavares. -----

3.25. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em vésperas dos cinquenta anos de abril, data que orgulha as mulheres e os homens que viram a liberdade nas suas vidas e nas vidas dos seus filhos, data que simboliza a fraternidade, a solidariedade e a igualdade de um povo que quer viver para prosperar e se desenvolver economicamente, fomos assaltados por mais um episódio em que a justiça domina e derrota o poder do povo, o poder da liberdade, o poder da Constituição da República. -----

----- São tempos difíceis. São tempos perigosos. E para todos os que não acreditam que aqui, neste cantinho, nada acontece, atentem nos nossos vizinhos ... Hungria, Polónia, Reino Unido, Itália... e percebam que aqui também os ventos podem trazer mudanças, e essas mudanças são a regressão de direitos e o ataque às liberdades e às garantias individuais.-----

----- Sim, a social-democracia está em risco. -----

----- Os partidos políticos reposicionam-se e mostram que não aprendem nada com os erros dos seus vizinhos. Cegam. -----

----- E por isso é preciso lembrar todas as conquistas dos últimos anos, nos salários, no trabalho, na educação, na saúde, na habitação. Nunca houve tanto investimento público! -----

----- Foram os governos do Partido Socialista que nos últimos anos fizeram crescer o salário mínimo nacional em setenta e oito por cento, passou dos quinhentos e cinco para os oitocentos e vinte euros; o salário médio subiu cinquenta por cento e o número de pessoas que saíram de

situação de pobreza ou exclusão social atingiu as quatrocentas e trinta mil! -----

-----Foram os governos do Partido Socialista que deixaram o legado da agenda de trabalho digno, do fim dos estágios gratuitos, com a aprovação da alteração da legislação das ordens profissionais, do maior número de pessoas empregadas de sempre: mais de cinco milhões de pessoas; da criação da prestação social de inclusão, como uma das medidas mais significativas no combate à exclusão social. -----

-----Foram os governos do Partido Socialista que atingiram valores históricos de inscritos no Ensino Superior em dois mil e vinte e dois, e a maior redução de propina para frequência das licenciaturas (de cerca de mil euros reduziu-se para seiscentos), pois acreditamos que sem conhecimento, não há desenvolvimento, não há economia sustentável. -----

-----Foram os governos do Partido Socialista que garantiram a gratuidade das creches a cento e vinte mil crianças, medida que impacta na organização financeira das famílias, os manuais gratuitos acompanhados de diminuição de valores do abandono escolar precoce que diminuiu de treze ponto sete, em dois mil e quinze, para cinco ponto nove em dois mil e vinte e um, o valor mais baixo de sempre. -----

-----Foram os governos do PS que criaram o programa “Mais Habitação”, o maior programa de habitação pública das últimas décadas, e estes são factos e dados indesmentíveis. ---

-----Foram os governos do Partido Socialista que na Saúde atingiram mais três ponto oito milhões de consultas médicas entre janeiro e setembro de vinte e dois, quando comparado com igual período em dois mil e quinze; que crescemos vinte por cento nos profissionais quando comparado a outubro de dois mil e vinte e dois, com finais de dois mil e quinze, e criamos o tão necessário Estatuto do Cuidador Informal. -----

-----Eu sei que me vão dizer que a saúde e a educação são áreas trágicas. Mas esses são os olhares populistas que querem enganar tudo e todos com o seu canto de sereia. Aliás aguardo com imensa ansiedade pelos programas eleitorais da direita. Quero ver essas medidas inovadoras que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

rasgam e acabam com o problema em,... vá... meia dúzia de meses! Quero ver essa capacidade, essa tenacidade de apresentarem medidas que trazem pacificação aos setores. Claro que só me refiro ao programa do Partido Social Democrata, pois da Iniciativa Liberal, nós já sabemos que privatiza a saúde, a educação, com um verdadeiro espírito liberal de menos Estado, e que no CHEGA, o seu programa eleitoral mudará conforme as necessidades durante todo o período eleitoral. --

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente: -----

----- Uma última palavra para lembrar as medidas que derrubaram o argumento da direita: a redução do défice e dos dois superávits e mais recentemente a subida do Rating nas Agências de Notação para “A”, que superou pela primeira vez a Espanha, um país que como todos sabemos, tem o estatuto de convidada permanente do Gvinte. Bem sabemos que não é a Roménia... -----

----- Terminando lembrando que no momento em que nos preparamos para comemorar os cinquenta anos do Vinte e Cinco de abril, iremos simultaneamente decidir o caminho que queremos para o país. O Partido Socialista sabe o que quer. Um governo que defenda e promova os valores de abril, da Liberdade, da Igualdade, da Fraternidade. E desejamos, queremos mesmo, que todos aqueles, da direita à esquerda, que lutam e que defendem estes mesmos valores, não os esqueçam por um único momento e no momento do voto escolham sem deixar margem para dúvidas que o passado é tempo que não queremos recordar.” -----

3.26. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, começou a campanha eleitoral, habituem-se Senhores Deputados, até março vai ser assim.-----

----- Agora, o PSD não pode ficar calado, perante aquilo que aqui acabou de ser dito:-----

----- Primeiro – o PS, nos últimos vinte e oito anos, governou vinte e um;-----

----- Segundo – o PS atirou Portugal três vezes para o pântano, último dos quais não foi por carências económicas, mas por outras razões; -----

-----Terceiro – não se entende porque é que o vosso Secretário Geral ainda vai dizendo que, à política o que é da política, à justiça o que é da justiça, e é trazida aqui desde logo, embora “à vol d’oiseau”, uma afirmação da Senhora Deputada, no sentido de procurar pôr em causa aquilo que foram decisões boas ou más, o futuro dirá, em relação ao assunto criminal do momento.

-----Dizer ainda o seguinte: educação, saúde e justiça, se há tanto dinheiro do PRR, não se entende, porque é que na saúde não se resolve a falta de médicos, o excesso de doentes, porque é que na educação faltam professores, porque é que a justiça anda atrasada... Senhora Deputada, tínhamos aqui discurso para estar duas horas a falar, mas vamos deixar isso para a campanha eleitoral. Vossa Excelência merece realmente todo o meu respeito, assim, como o seu partido. ---

-----Dizer já agora, que nem o Francisco de Assis vai salvar o Pedro Nuno Santos.”-----

3.27. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), vai agora às calendas citando Francisco de Assis, num célebre discurso aos peixes, mas a verdade é que estamos muito longe desse tempo e a sua intervenção deixa-me espantado, como é que é possível que, ao mesmo tempo se diga, o que o Senhor Deputado disse, que é por um lado que o PS motivou esta crise política, e se o Senhor Primeiro-Ministro não tivesse tido a hombridade, de em face de uma acusação mesmo que infundada, pôr o lugar à sua disposição, seríamos, e o Senhor Primeiro-Ministro também, crucificados, pelo facto de não ter tido a coragem de assumir as suas responsabilidades e apresentar a sua demissão. Entenda-se Senhor Deputado, tem que decidir de uma vez qual é a linha justa que quer seguir, ou a linha que melhor interpreta as suas ambições políticas para o futuro do país. ----

-----Pela nossa parte, estamos completamente serenos em relação ao sentido de voto dos portugueses. E no dia onze ou doze de março, ou dezassete... quando for a Assembleia seguinte, aqui estaremos para conversar.”-----

3.28. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Já todos ultrapassaram os vossos tempos de intervenção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas, eu só queria fazer aqui uma correção, o Senhor referiu-se ao sermão de Santo António aos peixes... temos que dar o seu a seu dono, é o Padre António Vieira que fez o sermão aos peixes...” -----

3.29. O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) disse o seguinte: -----

----- “Querida só dizer que acho uma tremenda falta de respeito pelos oeirenses e por esta Câmara, que este lugar, este palanque e esta sala, sejam utilizados para propósitos de política nacional. -- -----

----- Estamos aqui a perder imenso tempo, este Município não é sequer governado pelos partidos que estão nas principais disputas, é pelo movimento dos cidadãos, múltiplos, que estão representados na vereação. Não percebo de todo, o que é que isto tem a ver com os interesses dos oeirenses especificamente dos munícipes.-----

----- Nós temos uma ordem de trabalhos com oito pontos. -----

----- A Iniciativa Liberal foi referida aqui, eu não vou referir nada sobre o assunto que foi discutido, não vamos utilizar este lugar para fazer debates de política nacional, da nossa parte. ---

----- Eu gostava que nos focássemos, tivéssemos menos atrasos, menos distrações e também menos campanha, num fórum que é dedicado aos munícipes e não à campanha política nacional. Teremos espaço para isso, noutros fóruns e noutros momentos.” -----

3.30. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só queria dar aqui um esclarecimento teológico, se me permite, em relação à última Sessão, porque a cidadã que aqui veio (e muito bem, para isso é que cá estamos) fazer a reclamação que no entender dela seria justa... queria só dar um esclarecimento de que acusar alguma organização de ser seita não é crime. Seita é um conceito... eu não vou entrar na questão do que a senhora disse, estou apenas aqui a dar um esclarecimento do que é que à luz da lei é uma seita. A seita tem um sentido pejorativo na linguagem comum, mas é um termo sociológico, aliás, que foi consagrado por um grande sociólogo da religião, Max Weber, e, portanto, a única coisa que

distingue tecnicamente uma seita de uma confissão religiosa é que a confissão religiosa são grandes comunidades bem enraizadas na sociedade, com uma estrutura formal, burocrática e hierarquizada, e tendem a representar uma face da religião conservadora (conservadora aqui entende-se tradicional), enquanto as seitas são, em regra, comunidades de menor dimensão, menos organizadas, surgidas por separação de uma igreja (muitas vezes), com o estatuto de igualdade para todos os membros sem, ou contando com muito poucos sacerdotes. -----

-----Portanto, se a cidadã que cá esteve cometeu algumas ilegalidades, e terá cometido, não sei, mas chamar a uma organização seita é qualificá-la do ponto de vista sociológico e não é nenhum crime.” -----

3.31. A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Eu só vinha pedir (se não é pedir muito), que não haja tantos ruídos quando um deputado está a falar, porque isto há um problema com os microfones, que não estão com som completamente audível e impede que nós consigamos obter a informação que cada um deles, embora diversificada, nos está a dar. Portanto, era conveniente que falassem mais baixinho.”-----

3.32. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

-----“Não há mais inscrições?-----

-----Vou pedir ao Senhor Vice-Presidente, se quer esclarecer algumas questões aqui levantadas?” -----

3.33. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, apenas para agradecer a generosidade dos Senhores Deputados Municipais, que hoje, fruto de estarem a discutir questões absolutamente laterais à vida do Concelho, me permitem despachar o expediente do dia-a-dia. -----

-----Na única questão verdadeiramente colocada, pelo Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), referente ao Bairro Joaquim Matias, vou pedir, com a sua licença, ao Senhor Vereador Nuno Neto, que tem o Pelouro do Património, para intervir em resposta ao Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputado.- -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhor Vereador, por favor.” -----

3.34. O Senhor Vereador Nuno Neto fez a seguinte intervenção: -----

----- “Duas ou três notas, Senhor Deputado. Este edifício, construído há quarenta/cinquenta anos, é desde sempre conhecido como “o centro comercial do Espargal”. As (eu penso que são) setenta e oito frações foram todas vendidas em planta. Ao longo dos anos, a Câmara tem feito um esforço para adquirir (nunca chegou a abrir, nunca foi licenciado, nunca foi terminado, está emparedado) todas as frações existentes, livrando os proprietários formais de um problema e avisando demolir aquele espaço e criar ali uma praça ampla, para qualquer utilidade que se entenda adequada, uma praça, árvores, estacionamento, o que vier a ser pensado para o espaço. -----

----- Há frações que, ao longo dos anos foram ficando na posse de entidades públicas, resultado de dívidas, há frações que são da Segurança Social e da Fazenda Nacional.-----

----- A Câmara já por diversas vezes, se ofereceu (a estas entidades) para adquirir as frações por um preço que fosse simbólico. Qual é a questão? Por exemplo, as que vieram à posse da Autoridade Tributária, vieram à posse da Autoridade Tributária em resultado de dívidas, a Autoridade Tributária quer que a Câmara assuma as frações pelo valor da dívida. Ora, a Câmara não pode, nem está disponível para comprar frações para livrar a Segurança Social e a Fazenda Nacional de problemas, assumindo um valor de dívida que deve ser assumido pela Autoridade Tributária. -----

----- Portanto, já notificámos primeiro, da disponibilidade para comprar, da disponibilidade de resolver o problema, e ultimamente, notificámos da intenção de demolição do espaço. Sendo que um espaço com direitos privados constituídos, embora do Estado, não podemos fazer sem que se cumpram todas estas formalidades. Mas estamos a acompanhar o problema.” -----

3.35. A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente, pretende continuar?”-----

3.36. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

-----“Não, não é necessário.”-----

3.37. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Não tem mais esclarecimentos.”-----

3.38. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, só para lembrar... é rápido... só para lembrar que fiz duas questões de interesse municipal, em relação à ação pública do Plano Norte Caxias e a outra questão em relação ao Orçamento Participativo, ao ponto de situação dos projetos.”-----

3.39. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, eu não respondi.-----

-----A questão da marcação da data diz respeito à Câmara, não diz respeito à Senhora Deputada.-----

-----A questão do Orçamento Participativo, eu estava elegantemente a poupá-la ao embaraço de lhe dizer para ir ler o regulamento. A Senhora Deputada tem de ir ler o regulamento, tem de estudar, e já conhece as datas.-----

-----“É só, Senhora Presidente.”-----

3.40. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Bem, chegamos ao fim do Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 898/2023 – GAF - relativa à Atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras para apoio à realização de Festividades no ano 2023-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não sem antes dizer ao Senhor Vice-Presidente, que o regulamento a última data que refere é trinta de setembro.-----

----- Em relação a esta proposta de apreciação, relativa à atribuição de subsídios às Juntas de Freguesias do Concelho de Oeiras, para apoio à realização de festividades, no ano dois mil e vinte e três, sabemos da importância destas festividades para a população, para as freguesias e também para o Município e saudamos a sua realização ao longo dos anos mantendo tradições, e por isso iremos acompanhar esta proposta.-----

----- Posto isto queria destacar dois pontos nesta proposta que também julgo serem importantes para os munícipes (que as questões que colocamos aqui não são só do interesse dos deputados, ou da competência dos deputados ou da Câmara, são do interesse dos munícipes): ----

----- Primeiro ponto: A Proposta de deliberação indica que, e passo a citar: “com o objetivo de melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações, impõem que a eficácia na resolução dos anseios dos munícipes deva ser concretizada por organizações mais próximas dos mesmos, como é o caso das freguesias”. O Grupo Político Evoluir Oeiras lamenta é que a Câmara Municipal só tenha esta visão para as festividades e não para outras competências que as Juntas já podiam ter com os necessários recursos humanos e financeiros e que não possuem porque o Município não quer, nomeadamente relacionados com limpezas urbanas, áreas verdes, etc. E, por isso, deixamos o desafio ao Executivo de encontrar mais pontos de cooperação com as Juntas de forma a que a eficácia na resolução dos anseios dos munícipes seja concretizada por organizações mais próximas dos mesmos, como é o caso das freguesias. -----

----- Segundo ponto: Consideramos que estas propostas devem corresponder a um plano anual e que deve ser feita uma estimativa anual no início do ano para que as propostas sejam submetidas não só ao Executivo mas também aqui à Assembleia, que é o órgão deliberativo, antes das mesmas ocorrerem. É por isso pouco aceitável na Proposta frases como, e passo a citar novamente: “é sempre muito difícil conseguir preparar a informação e a respetiva proposta de

deliberação para submeter à aprovação do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal, antes da realização de qualquer iniciativa”.-----

-----Temos por isso agora uma proposta para votar quando as atividades já foram realizadas, e temos um termo de aceitação (que faz parte da aprovação que vamos fazer) que só agora vai ser assinado e que pede, por exemplo, contrapartidas de eventos já realizados sendo a que a mesma está escrita como se ainda não tivessem sido, por exemplo, faz parte das contrapartidas: “Mencionar o apoio do Município como fonte financiadora em qualquer documento ou publicação relativa ao mesmo”. Ora, isto é muito difícil de concretizar quando os eventos todos já se concretizaram, e, portanto, não sabemos se isto foi cumprido previamente, ou se as juntas sabem que têm de fazer isto previamente, para que isto assim aconteça. Como é assim garantido o cumprimento de algo que já ocorreu? Aqui fica o segundo desafio para o próximo ano. Fazer as propostas no tempo certo em que elas devem ocorrer. -----

-----Finalmente e de encontro ao que já vimos dizendo muitas vezes existe já no mercado fogo de artifício que não gera poluição nem ruído desnecessário e já há mais de um ano que o Senhor Presidente Isaltino Morais, ficou de averiguar o assunto e cá estamos novamente, a falar de financiamento para o mesmo tipo de fogos de artifício.-----

-----Por último o comprovativo de não dívida da Segurança Social da Junta de Freguesia da UFOPAC, está caducado nos documentos que foram disponibilizados.”-----

-----**A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** referiu o seguinte:-----

-----“Eu em primeiro lugar, quero reconhecer a Câmara pelo apoio que dá às freguesias e que está expresso na proposta de deliberação aprovada pela Câmara, esclarecendo, no entanto, que o texto não está completamente condizente com as propostas, que em tempo útil, foram negociadas com as Juntas de Freguesia, porque antes de qualquer realização das festividades locais, nós sabemos (e quanto estou a falar de nós sabemos, são todos os presidentes de junta sabem) quais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

são os apoios que a Câmara Municipal vai dar. -----

----- Por outro lado, quero também esclarecer, particularmente a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), que a transferência de competências para as Juntas de Freguesia é negociada entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, que no enquadramento legal daquilo que é passível de transferir ou de delegar nas Juntas é feito pela Câmara Municipal. E quando não é feito, é porque as Juntas não têm capacidade de internalizar essas competências ou por razões políticas que os respetivos Executivos entendem. -----

----- Portanto, é a terceira vez que eu presto este esclarecimento, a Câmara está disponível para transferir competências para as Juntas de Freguesia, todas aquelas que estão previstas na lei, poderá haver, e haverá, e há, Executivos que não estão disponíveis para as receber na totalidade.

----- Posto este agradecimento, que quero transmitir ao Senhor Vice-Presidente, quero também deixar um pedido para o futuro, para que os apoios que são dados pela Câmara sejam revistos em função das populações ou dos agregados populacionais, e em função da dispersão que existe no território.”-----

----- **O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente ao que foi mencionado pelo Grupo Político Evoluir Oeiras, tenho a dizer que já se passaram dois anos, dois anos e meio, e realmente estão a marcar passo no que diz respeito ao relacionamento que existe entre a Câmara Municipal de Oeiras e as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do nosso Concelho. As nossas responsabilidades vão para além das festividades, temos, tal como foi mencionado pela Presidente Madalena Castro, os contratos da delegação de competências, que muito têm a ver com as questões da limpeza do espaço público, varredura, manutenção de escolas no interior, exterior das escolas, manutenção dos espaços verdes das escolas, mobiliário urbano, entre outras iniciativas que realizamos de acordo com a realidade de cada território e também de acordo com a realidade de cada Junta de Freguesia. -----

-----Dizer-lhe também, que são várias as vezes que vêm aqui a esta Assembleia Municipal, os apoios para os centros de enfermagem, para a manutenção e funcionamento dos centros de enfermagem, apoios também para a área social onde damos um apoio cada vez maior ao Município de Oeiras... ainda hoje, durante esta tarde, estamos a realizar as inscrições para os cabazes de Natal que irão ser distribuídos à população mais carente do nosso Concelho, entre outras iniciativas. Mais uma vez reforçar que estes apoios são importantes e estamos disponíveis para além das questões das festividades, de assumir cada vez mais responsabilidades.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte:-----

-----“Só para esclarecer os Senhores Presidentes de Junta, que eu não falei das competências que as Juntas já têm. O que eu falei foi de algumas competências que eventualmente, as Juntas ainda podem ter, acompanhadas dos respetivos recursos humanos e financeiros. Se ouviram as minhas declarações foi precisamente isso que eu disse. Ou as Juntas de Freguesias do Município de Oeiras têm todas as competências que podiam ter? É isso que eu depreendo pelas palavras dos Senhores Presidentes de Junta.”-----

-----A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** disse o seguinte:-----

-----“Nós já prestámos as declarações que há para prestar. E, portanto, a Doutora Mónica não quer entender, não entenderá. Aquilo que nós temos dito é que, com os recursos que temos, e com a possibilidade que a lei nos dá para internalizarmos essas competências, cada Junta, olhando para a sua especificidade e para as suas disponibilidades, recebe da Câmara as competências que são possíveis caso a caso. E elas estão negociadas, e a Câmara Municipal tem demonstrado toda a disponibilidade para as delegar. Outra coisa bem diferente, é a lei que não atribui às freguesias recursos financeiros que lhes permitam ter competências próprias, e não delegadas, para que haja uma consistência futura naquilo que são as competências da Junta. Isto é, nós temos um país em Lisboa, ao nível das competências das juntas de freguesia, e temos outro país no resto do país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, portanto, eu reitero a minha posição, que discordo completamente desta situação. Acho que ao nível da Administração Central, deve ser revista esta situação, particularmente com as freguesias urbanas.-----

----- Relativamente àquelas questões que a Doutora Mónica (EO) recorrentemente vai colocando, não há nada mais a acrescentar: a Câmara Municipal tem toda a disponibilidade para delegar, as Juntas de Freguesia ou aceitam ou não aceitam.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**-----

----- “A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez há bocadinho uma alegação de que, um documento relativo à inexistência de dívidas à Segurança Social estava caducado. Eu pedia à Senhora Presidente para verificar junto do Presidente da Junta se, de facto, é assim, e se o documento pode depois vir a ser junto.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, eu agradecia que os senhores se pronunciassem e fizessem as vossas intervenções antes de passar à votação. Quer dizer, eu pergunto os senhores não respondem, quando estamos na votação há uma intervenção.-----

----- Pergunto ao Senhor Vice-Presidente, se pode responder a esta questão?”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

----- “Dizer apenas o seguinte sobre a questão do documento: um documento que está válido hoje, e é posto à votação hoje, amanhã não está válido. O que interessa é que no momento do pagamento, da transferência, esteja válido. O serviço financeiro do Município não poderá proceder a transferência nenhuma, para nenhuma entidade, incluindo entidades públicas, cujo documento da Autoridade Tributária não esteja válido, é só isso.-----

----- Senhores Deputados, tenham um pouco de consciência. Estar a levantar essas questões absolutamente laterais e menores, cobre de ridículo esta Assembleia.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não é mal esclarecido, nem é ridículo. É a verdade, é a realidade. -----

-----Quando se faz uma transferência, no dia em que se faz a transferência, a entidade que vai receber tem de ter a documentação em dia. Nesse dia em que se faz a transferência...” -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Permita-me discordar daquilo que o Senhor Vice-Presidente disse, porque não é isso que está escrito no Código de Procedimento Administrativo...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“...Não, não é isso que está escrito. Além disso...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“... Oh, Senhor Vice-Presidente, o nosso papel aqui é garantir que essas situações estão salvaguardadas, sabe porquê? Para não acontecer problemas como o Oeiras Market, e o Tribunal de Contas, na proposta que vamos discutir a seguir. Porque, se, de facto, essas situações não ocorressem, não tínhamos agora, o imbróglio do ponto dois que aqui está para ser votado. Porquê? Porque os serviços também erram. -----

-----Portanto, valia a pena que se cumprisse aquilo que o CPA (Código de Procedimento Administrativo) diz. E verdade é que as declarações não têm um mês de validade, têm muito mais do que isso. -----

-----Se a entidade apresentou uma declaração, e a declaração entretanto caducou, Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vice-Presidente, desculpe, das duas uma, ou o processo na Câmara não foi tratado com a brevidade que devia ter, ou então os serviços da Câmara antes de mandarem para a Assembleia, deviam ter pedido para substituírem as declarações.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, por favor, ponha a proposta à votação.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Estamos a falar da Proposta oitocentos e noventa e oito, certo? O que eu vejo aqui é uma certidão da Segurança Social sobre a situação contributiva, datada de vinte e um do nove de vinte e três, isto tem uma duração de seis meses, está dentro do prazo...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Ah, as finanças...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) continuou dizendo o seguinte: -----

----- “... Desculpe, há uma e há outra. Há uma de três de maio, mas temos a outra de vinte e um do nove...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) continuou dizendo o seguinte: -----

----- “... Não são diferentes...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Desculpe, a segunda vale acima da primeira. Porque se a primeira está fora de prazo, o proponente (e muito bem), entregou a segunda, e é essa que está válida.-----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS), veja lá isso. Eu posso estar a ver isso mal, mas não me parece que exista fundamento com a segunda, a primeira é diferente. Mas foi entregue uma segunda, porque esgotou o prazo, naturalmente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Posso por à votação?” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“... Portanto, a certidão da freguesia de Oeiras é que está fora do prazo.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“Desculpe, eu não tinha percebido... as outras estavam bem.”-----

-----A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S.Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, se me permite, eu sugiro o adiamento desta proposta, porque deve ter sido algum erro administrativo do Gabinete de Apoio às Juntas, porque nós já recebemos contrapartidas da Câmara, posteriores à data dessa declaração da Segurança Social. Portanto, não temos problema nenhum em adiar isto, uma semana ou duas, e faremos juntar uma declaração da Segurança Social, que como é obvio está em dia, da Junta de Freguesia de Oeiras.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Em relação às certidões da Segurança Social (que agora houve polémica por causa delas), vamos lá ver uma coisa: a título de exemplo, há uma certidão da Segurança Social, relativamente à Freguesia de Oeiras e são Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, que tem a data de três de maio, e diz que é válido por seis meses... quando foi à Câmara estava válida.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Meus Senhores, desculpem, vamos lá pôr ordem. Não vamos falar todos ao mesmo tempo. Todos os Senhores têm direito a falar, mas vamo-nos lá inscrever para falar.-----

----- Estamos a tentar esclarecer uma situação... Não há conversas.... Vamos lá manter alguma ordem nisto. -----

----- Eu não sei se o Senhor Vice-Presidente... está aqui a fazer uma sugestão...”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, importa-se de dizer, por favor, qual é que era a data de validade da certidão? Se Vossa Excelência tem, que eu não tenho aqui comigo...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Três do onze.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** questionou o seguinte: -----

----- “Em que data é que foi enviado o ofício para a Assembleia Municipal?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Vinte e seis do dez.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Significa então, que o ofício foi enviado para a Assembleia Municipal mesmo antes da certidão caducar. E os Senhores Deputados Municipais, estão muito desconfortáveis com estas datas. -----

----- Permitam-me, Senhora Presidente com todo o respeito, que vos diga, quando o problema que obsta às decisões numa Assembleia Municipal, trata-se de datas de uma certidão, quando se sabe que os serviços do Município para proceder ao pagamento deverão verificar que as certidões continuam válidas (os serviços para proceder ao pagamento têm de verificar o prazo de validade), tudo isto está dito, perdoem-me, da qualidade da oposição que aqui é feita. A qualidade da oposição, resume-se à vírgula. -----

-----E agora, Senhor Deputado Jorge Rato (PS), deixe-me que lhe diga, vai ter que nascer duas vezes para me explicar como é que se governa de modo transparente.-----

-----Nós estamos a tratar de vírgulas, de datas, quando sabemos que o ofício foi enviado quando a certidão estava válida. Entretanto, como acontece uma coisa natural na vida dos seres humanos e das organizações, que é o tempo passar, verifica-se que passou o tempo e a certidão não está válida. Então, em vez de se dizer o seguinte: “é preciso verificar na altura de se proceder ao pagamento, se se continua com a certidão válida”, porque é sempre isso que acontece. O que a administração não pode fazer é transferências para entidades com dívidas, seja à Autoridade Tributária, seja à Segurança Social.-----

-----Portanto, a forma de bloquear a governação é através das vírgulas e das datas. Estão de parabéns. Os oeirenses devem estar muito satisfeitos com isto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

-----“Senhor Vice-Presidente, não interprete também assim.-----

-----A Assembleia tem todo o direito de verificar estas questões. Aliás, se não tivesse um papel de fiscalização não era necessário vir cá as coisas, não existia. Portanto, ninguém aqui está a exorbitar das suas funções.-----

-----Também a Câmara poderia ter tido o cuidado, os serviços podiam ter tido o cuidado de verificar que enviando no dia vinte e seis do dez, e que a certidão caducava no dia nove do onze que, deveria ser feita uma nova certidão.-----

-----É assim, nós não vamos votar isto agora. Se for possível adiar este ponto para o fim da Ordem de Trabalhos e fazer o pedido de certidão, muito bem.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Eu agradecia que mantivessem o silêncio.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhora Deputada, desculpe, eu não lhe dei a palavra. A Senhora está a falar e não tem microfone... eu não lhe dei a palavra. -----

----- Quem está inscrita para falar é a Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras São Julião da Barra Paço de Arcos e Caxias. Faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S.Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para não perdermos mais tempo com este ponto, não há qualquer problema de nenhuma das cinco Juntas em adiar esta proposta. As festas já decorreram, nós já processámos os pagamentos que tínhamos que fazer. Não há problema. Para conforto de todos, nós faremos chegar (eu tenho a certeza que no Gabinete de Apoio às Juntas há uma declaração mais atualizada), mas nós amanhã mesmo, faremos chegar o parecer junto este documento.-----

----- E é tudo, Senhora Presidente. Não me parece que mereça mais nenhuma discussão este ponto e esta dúvida. -----

----- Para conforto de todos, nós pedimos que a proposta seja adiada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “E será. Vamos retirar esta proposta.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu dispenso uma vez que a Senhora Presidente disse precisamente o que eu ia dizer.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de mais, dar os parabéns a todos, porque, de facto, isto é que é um órgão de fiscalização. No entanto, vamos ali ao pormenor.-----

----- Eu queria referir o seguinte, uma das coisas que retive, quando se estuda Noções Fundamentais de Direito, é que os papéis escritos são importantes, os contratos, os documentos, mas a palavra vale ouro. Eu bem sei que na política, por vezes a palavra... Senhores Deputados,

deixem-me expressar o meu ponto de vista, por amor de Deus... E aquilo que me está a constranger... porque fui autarca de freguesia, Senhores Deputados. É que isto não se trata... eu agradecia que me ouvissem e fizessem...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, eu penso que esta situação...”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Não, deixe-me terminar, Senhora Presidente. Eu vou ser rápido.-----

-----Eu fui autarca de freguesia, e aquilo que me está a incomodar é que a Doutora Madalena Castro, que eu acompanho a vida política há décadas, é uma pessoa com uma dignidade, uma probidade...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Mas isso não está em causa...”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Deixe-me terminar, Senhora Presidente.-----

-----... E é uma pessoa que em todos os lugares que ocupou, inclusivamente, a dirigir esta Assembleia, como Vereadora, em todo o lado onde esteve... e se ela aqui disse que, a Junta não tem dívidas, acho que o mínimo de decência que podíamos ter era aprovar isto condicionado à entrega do respetivo documento.-----

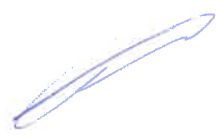
-----Agora da minha parte, os esclarecimentos dados pela Senhora Presidente da União de Juntas de Freguesia, são mais do que suficientes.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“É assim, nós se continuarmos a falar sobre um ponto, que já disse que retirava...”--

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, se me dá licença, eu ia fazer uma sugestão, porque ninguém põe em causa nem a honorabilidade da Junta de Freguesia e da Senhora Presidente, nem põe em causa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que as dívidas estejam regularizadas. A questão é uma questão processual. E a minha sugestão, Senhora Presidente, era que este ponto um da Ordem de Trabalhos fosse adiado para o final. Se no entanto, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, ou a própria Junta de Freguesia, fizer chegar à Mesa a declaração comprovativa, se votasse a seguir. É muito simples.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, essa foi a proposta que eu fiz ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- Não sou eu, não me compete a mim, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, dar instruções aos funcionários desta Câmara. Portanto, eu fiz a sugestão ao Senhor Vice-Presidente, precisamente para que fosse solicitado que fosse entregue, e este ponto passava para o fim da Ordem de Trabalhos. Essa minha sugestão não deve ter sido aceite, porque não ouvi do Senhor Vice-Presidente a aceitação dessa proposta...” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, eu vou adiar esta proposta para outra reunião, porque não tenho confirmação de que seja entregue o documento em causa. E, como tal, adiamos esta proposta para outra reunião. -----

----- A Proposta oitocentos e noventa e oito, fica adiada. Até lá virá a documentação correta.”-----

----- **ADIADA**-----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 899/2023 – GCAJ - relativa à Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) - Revogação da Proposta de Deliberação N.º 666/2022 e nova deliberação de adesão do Município de Oeiras à Associação (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- **O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A Iniciativa Liberal vê com bons olhos esta proposta de adesão à Associação Portuguesa para a Qualidade. -----

-----Gostaríamos apenas de perceber em termos concretos, que iniciativas relacionadas com qualidade é que planeiam implementar com base nesta parceria que referem. Por exemplo, certificações relacionadas com a qualidade, cursos de formação para os funcionários da Câmara Municipal... porque na proposta é muito vago, fala apenas em networking, e nós gostaríamos de perceber quais os recursos é que pretendemos aproveitar, que a Associação Portuguesa para a Qualidade disponibiliza para o Município de Oeiras.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

-----“Nós temos outro entendimento, relativamente à Iniciativa Liberal, e para que conste em ata, no que concerne à proposta oito nove nove: em referência ao processo de fiscalização prévia, e enquanto Partido Chega, que devido à adesão prévia do Município a uma associação, antes da decisão de visto, não ter sido possível examinar a deliberação submetida, tendo sido decidido pelo Tribunal de Contas devolver a deliberação à entidade fiscalizada, e tendo presente que nos termos da lei, a execução de atos sem prévia fiscalização poder constituir um ilícito financeiro sancionatório, conforme previsto na lei, iremos votar contra.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----“Rigor”. “Rigor” foi como nós começámos, foi a palavra que marcou o início desta Assembleia Municipal, foi a Senhora Presidente que a usou, e eu queria agradecer-lhe e cumprimentá-la por ter trazido esse conceito aqui para a Assembleia Municipal (embora o tenha aplicado a nós de uma maneira que não foi particularmente abonatória, mas o que já lá vai, já lá vai). E eu queria agradecer ter trazido a questão do rigor para esta Assembleia Municipal, porque nós estamos perante uma proposta e perante uma sucessão de acontecimentos, que é toda ela um hino ao rigor. Vamos lá então, vamos aos factos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Câmara aderiu a esta associação, a Associação Portuguesa para a Qualidade, como já foi dito, depois de aprovada uma deliberação para o efeito nos órgãos autárquicos pertinentes. Até aqui, tudo normal. Vai que aderiu, pagou quotas de pertença à associação e é aqui que as coisas começaram a correr mal. Parece que o Tribunal de Contas ainda não tinha dado visto quando pagaram as quotas. Que azar, ou melhor, que falta de jeito.... Se calhar, o Senhor Vice-Presidente, na altura, também estava a despachar expediente. Depois disto, o tribunal recusa o visto, porque a adesão à associação já avançou através do pagamento da dita quota que, como não tinha visto, passa a ser irregular. Vai que recusa o visto e a deliberação da adesão fica também ela irregular, tem de cancelar, volta tudo para trás, faz nova deliberação, volta à Câmara, volta à Assembleia Municipal e cá estamos nós e, Senhora Presidente a ver se todo este rigor fica por aqui. No meio disto tudo, temos várias dezenas de pessoas que estão a perder tempo com todo este rigor, estão a perder tempo desnecessariamente, estão recursos alocados a um trabalho, que sem dúvida, como se vê, é extremamente rigoroso e é um trabalho que é em duplicado, tal o zelo e o rigor que se mete neste trabalho. É tempo gasto a dobrar.-----

----- Eu até aceito que os Senhores Vereadores e que o Senhor Vice-Presidente diga e se lamentem, na verdade, que é um exagero uma proposta como estas ter um “OK” do Tribunal de Contas, passar por mais uma barreira burocrática, etc., o que for. Eu aceito esse lamento, o que não aceito é que o Senhor Vice-Presidente e o Executivo digam que não sabem que são estas as regras, boas ou más, inteligentes ou não. Os Senhores nem sequer têm a desculpa de não conhecer estas regras bem. Eu relembro que esta Câmara é liderada por um jurista de formação, que está à frente dos destinos do Município para aí desde mil novecentos e oitenta e cinco (se não estou em erro), com duas brevíssimas interrupções pelo meio. Quer dizer, não há a mínima desculpa para vir dizer que não sabem que são estes os procedimentos, concordando com eles ou não. Conhecendo os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras as regras e as consequências para todos nós, de ter de estar aqui a perder tempo com estas “mui” rigorosas propostas, que vêm para

aqui sem estarem em condições e que depois vão ter que cá voltar, porque houve uma trapalhada qualquer a meio do caminho, exigia-se um “bocadinho” mais de rigor. É que isto não é só fazer “control Z” como no Paint ou no Excel, estamos aqui todos a perder tempo, já muitas pessoas perderam tempo ao longo deste processo e um “bocadinho” mais de rigor, se calhar, tinha evitado isto tudo.-----

-----Convinha o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores se calhar acalmarem um “bocadinho” o excesso de fanfarronice com que às vezes vêm para aqui acusar os outros de falta de rigor e depois trazem estas propostas. Quer dizer, a proposta anterior, eu confesso que nem sabia, mas já foi o que foi. Nós somos confrontados com situações destas quer dizer, Assembleia Municipal sim, Assembleia Municipal não. Esta segunda proposta já sabia que vinha aqui com este problema anterior, quer dizer e andamos aqui para trás e para a frente a discutir rigor, quando a Câmara nem sequer consegue apresentar uma proposta em condições à primeira na Assembleia Municipal. -----

-----Portanto, Senhor Vice-Presidente... está ao telefone, não me está a ouvir, mesmo que não estivesse, provavelmente, não me ouve (já reparámos nisso), não ouve o Grupo Político Evoluir Oeiras, se calhar, se ouvisse, poupava alguns dissabores, mas o conselho que nós temos para lhe dar, com toda a humildade e sem nenhum paternalismo, é se calhar, menos “multitasking” e menos despachar expediente quando se devia estar a ler as propostas, olhar para as propostas e a ver os procedimentos e, se calhar, um “bocadinho” mais de rigor.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----“Nós não colocamos em causa nem o relevante interesse público desta proposta, nem a participação do Município nesta associação. Não podemos deixar de pôr em causa, em especial como fomos, há pouco, enxovalhados pelo Senhor Vice-Presidente, porque queremos que o rigor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esteja presente na forma como deliberamos e na construção do processo, não podemos deixar de perguntar e sem esta pergunta estar completamente esclarecida, nós não podemos mesmo votar, nós pretendemos saber o seguinte: qual foi o percurso que este documento fez, para ter sido pago sem o visto do Tribunal de Contas ter chegado à Câmara Municipal? Isto é o que importa perceber. Qual é que é o percurso que faz o documento na Câmara Municipal e qual é que é a monitorização que existe nestes processos, porque, na verdade, o Tribunal de Contas diz aqui uma coisa giríssima (que não tem piada nenhuma para quem está envolvido), é que determinaram a remessa por estar em causa o incumprimento do artigo sessenta e cinco da lei orgânica do Tribunal de Contas, ou seja, há eventuais responsabilidades financeiras sancionatórias, por parte de quem praticou os atos, que apesar de ser pouco dinheiro, a verdade é que há uma prática que é ilegal e, portanto, nós queremos perceber o que é que aconteceu na Câmara Municipal, para se ter chegado a este ponto.

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “... Eu tinha desligado o microfone.... Quer fazer a favor de esclarecer?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, visto que sobre esta atual proposta não há nada em causa, esta proposta, salvo melhor opinião, pode ser votada. Quanto à questão colocada pela Senhora Deputada do Partido Socialista, vou pedir aos serviços que façam uma informação à Assembleia Municipal para cabal esclarecimento da situação.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Podemos votar a proposta?” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** informou o seguinte: ----

----- “Senhora Presidente, para anunciar que o Partido Socialista não vai votar esta proposta.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Como?” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** respondeu o seguinte: ---

-----“Não vai votar, vai sair da sala, pela única razão que é: não estando esclarecida a dúvida que levantámos e como concordamos com a assinatura deste protocolo e deste acordo, nós não nos podemos posicionar nem favoravelmente nem contra a proposta, portanto...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Não participam na votação?” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, vamos ter que sair... Temos que sair da sala. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não vale a pena sair, ainda não... Não participam na votação.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Nós vamos sair da sala também. Não vamos votar esta proposta e eu queria sublinhar uma coisa, que é isto ter avançado sem o visto do Tribunal de Contas, em relação à proposta anterior, mostra que, se calhar, não podemos confiar assim tanto na palavra de que as coisas estão bem e que os pagamentos são feitos nas condições devidas. Toda a gente se engana, mas lá está, toda a gente se engana, portanto, enganar destes podem acontecer, portanto, é importante este exercício de fiscalização que todos aqui estamos a fazer. -----

-----Eu lamento muito que o Senhor Vice-Presidente esteja tão parco em palavras neste ponto, quando noutros pontos fala tanto e até se calhar demais. Neste ponto, onde podia falar um “bocadinho” e explicar um “bocadinho” o que é que aconteceu remete-se ao silêncio, ou não sabe, ou não quer, ou não lhe apetece, tudo bem, mas não posso deixar de sublinhar esse facto. -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com quatro votos contra, sendo três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques) e um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), e com três abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva), uma do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

----- Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras não estavam na sala na altura da votação. -----

----- O Grupo Político Municipal do Partido Socialista e o Grupo Político Municipal Evoluir

Oeiras saíram da sala antes da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 163/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 899/2023 – GCAJ – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A QUALIDADE (APQ) – REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 666/2022 E NOVA DELIBERAÇÃO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À ASSOCIAÇÃO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e noventa e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de outubro, e deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro votos contra, sendo três do Partido Social Democrata e um do Partido Chega, e com três abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a revogação da deliberação titulada pela proposta de deliberação número seiscentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte e dois, aprovada por unanimidade dos presentes, na reunião da Câmara Municipal do passado dia vinte de julho de dois mil e vinte e dois, que aprovou a adesão do Município à Associação Portuguesa de Qualidade; --

-----A adesão do Município à Associação Portuguesa de Qualidade;-----

-----A realização da despesa com o pagamento da quota anual no valor de duzentos euros, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ata.” -----

4.2.1.1. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Senhora Presidente, é para uma Declaração de Voto, por favor. -----

----- O PSD, ao contrário de outros, entendeu ficar na sala, na medida em que pode exprimir a razão do seu voto, não contra a bondade da proposta, que é importante, mas fundamentalmente por aquilo que resulta não apenas da decisão do Tribunal de Contas, como toda a envolvente. Esperamos, pois, que esta proposta, se assim for entendido, volte cá, dado que o objetivo final é perfeitamente importante para o Município, para o Concelho e para os munícipes de Oeiras.” ----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 903/2023 – UGPS - relativa ao Regulamento do Serviço “Médico em Casa” do Município de Oeiras – Aprovação final (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Deixar que os senhores deputados tomem os seus lugares, e perguntar se algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre esta proposta novecentos e três, relativa ao Serviço Médico em Casa.”-----

----- O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A Iniciativa Liberal vê com bons olhos esta iniciativa e também o objetivo de melhorar, após a implementação, simplificando alguns métodos de acesso e também melhorando os métodos para garantir um número rigoroso e atualizado de pessoas inscritas, para o formato de pagamento também se proceder de forma adequada. -----

----- Eu gostaria em primeiro lugar de clarificar, de ter algumas respostas para algumas questões e depois, se calhar, noutra segunda intervenção, fazer algumas sugestões. Portanto, é referido que o serviço tem dois mil oitocentos e setenta e três inscritos e que houve cento e sessenta e sete ocorrências, em dois mil e vinte e dois. Eu queria clarificar se estas ocorrências são chamadas

de triagem, ou são efetivas visitas de médico aos domicílios, porque pode não chegar a ser não é, pode ser só a chamada de triagem. -----

-----Também queria perceber qual é que é o valor acordado do pagamento anual aos fornecedores, para percebermos o valor que está a ser pago pelo número de inscritos, e também por ocorrências. -----

-----Sim, e é só isto para já. Depois irei fazer algumas sugestões. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----“A proposta em apreciação corresponde ao Regulamento do Serviço Médico em Casa do Município de Oeiras, que se trata de um regulamento de dois mil e vinte, que por necessitar de ajustes foi revisto e esteve em consulta pública, num processo iniciado a três de agosto. -----

-----Como de resto é enunciado na proposta a Associação Evoluir Oeiras submeteu contributos em sede de consulta pública com vista a melhorar a proposta do regulamento, como um contributo de cidadania ao Município e aos cidadãos. Os contributos submetidos foram objeto de ponderação pela Unidade de Gestão e Promoção da Saúde do Município de Oeiras, e infelizmente motivaram apenas um reajustamento à redação do número dois, do artigo quatro do projeto de regulamento. -----

-----No âmbito desta Consulta Pública: -----

-----Saudámos a colocação online da documentação; -----

-----Criticámos a falta de divulgação e de sessões de esclarecimento públicas que podia ter sido feita, de apresentação, por exemplo, do regulamento. e a estes contributos o município entendeu não responder; -----

-----Também criticámos o início do procedimento em consulta pública em período de gozo de férias. O município também entendeu não responder a este contributo em sede de Consulta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Pública. -----

----- Criticámos a ausência da consulta ao órgão consultivo – Conselho Municipal de Saúde antes da aprovação final do texto da Proposta de regulamento na deliberação da reunião da Câmara Municipal de Oeiras realizada a vinte e seis de julho. -----

----- A Comissão Municipal de Saúde é uma instância de natureza consultiva e de apoio ao Município de Oeiras, e é um órgão municipal que privilegia a participação das diferentes estruturas da comunidade no processo de tomada de decisão sobre questões relativamente à saúde no Concelho, permitindo que se produzam diretrizes consistentes em função dos recursos existentes e suscitando também a criação de novas respostas. Teria por isso sido muito útil que estas entidades e este órgão consultivo fosse previamente consultado antes da proposta ir à Reunião de Câmara e antes de ser remetida para Consulta Pública. O município também entendeu não se pronunciar relativamente a este contributo em sede de Consulta Pública. -----

----- Demos também contributos práticos nomeadamente: -----

----- Fizemos a proposta de extensão da medida a pessoas com carência económica e com baixos recursos financeiros independentemente da idade. E o Município respondeu a esta proposta indicando que isto era uma competência do Estado e não do município, e ainda que acresceria de um custo anual estimado para o município de sessenta e dois mil quinhentos e oitenta e sete ponto vinte euros por ano. Esse valor que por se tratar de uma fortuna claramente obstaculizava este apoio ...;-----

----- Considerámos também que a entrega anual da prova de residência era um processo burocrática e o município continuava a entender ser absolutamente necessário;-----

----- E finalmente considerámos que a entrega de comprovativos deste tipo não devia limitar-se à possibilidade de entrega online, mas ter o apoio aos cidadãos para submissão sempre que necessário e esta foi a medida e o contributo que, de facto, foi acolhida pelo Município de Oeiras no âmbito da revisão do regulamento.-----

-----O grupo político Evoluir Oeiras critica assim a forma como o processo foi mais uma vez conduzido pela Câmara Municipal, principalmente a Consulta ao órgão consultivo que obviamente teria de ser feita previamente à consulta pública, não durante, nem depois. Antes.-----

-----Já agora, a Senhora Vereadora Teresa Bacelar na Reunião de Câmara afirmou que o Conselho Municipal de Saúde foi consultado no dia treze de setembro e que estava a decorrer a consulta pública. Pois, Senhora vereadora, a questão é que a consulta pública começou a três de agosto, e trinta dias terminaram a catorze de setembro, que era precisamente no dia a seguir à consulta do órgão consultivo, quando ele tinha que ser consultado era antes sequer da proposta ter ido a Câmara, e antes do início da consulta pública. Portanto, tinha que ser antes do dia vinte e seis de julho, salvo erro, que a proposta foi à Reunião de Câmara. Era antes desse vinte e seis de julho que devia ter sido.-----

-----E o que era pretendido do Conselho era para submeterem os seus contributos na sede de Consulta Pública, portanto tinham mais vinte quatro horas para o fazer. Ora, um órgão consultivo não é um órgão que as pessoas saem de lá, e vão fazer consulta pública. Um órgão consultivo é para ser consultado antes da proposta ser remetida para contributo dos cidadãos e, portanto, o meu entendimento de um Conselho Consultivo não é, claramente, o mesmo que o da Senhora Vereadora. Na nossa opinião, um órgão consultivo é para ser consultado numa fase inicial do procedimento e por isso é que se pede que atempadamente passe a ser consultado.-----

-----E, por isso, hoje aqui, também deixamos este novo contributo que não é em sede de consulta pública, que é em futuros regulamentos que tenham a ver com a educação, com a saúde, com a ação social, que sejam remetidos previamente aos conselhos respetivos.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Nós, analisando esta proposta, entendem-se os pressupostos das alterações do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Regulamento do Serviço Médico ao Domicílio, que é o regulamento cento e cinco, de dois mil e vinte, publicado em Diário da República no dia dez de fevereiro.-----

----- Mas queríamos aqui colocar uma questão que penso que era muito útil, não só para a Assembleia Municipal quando avalia estes documentos, mas até para a Câmara e até para a Senhora Vereadora, ou para o Senhor Vereador que acompanha este tema, perceber a forma como o processo decorre e como é que é a prestação de serviços da entidade contratada (neste caso até é uma entidade privada), que é a questão da avaliação dos resultados de cada um dos regulamentos. Que é uma coisa que, infelizmente, não é só o Município de Oeiras, é toda a Administração Pública, teima em não fazer, que é perceber em cada momento, como é que as coisas correm, como é que está a decorrer aquilo que são a atribuição de benefícios aos munícipes, aos cidadãos e, portanto, ter uma radiografia daquilo que resulta da aplicação de determinado regulamento. Não é dizer quantas pessoas estão inscritas e quantas chamadas foram feitas, é ter uma avaliação qualitativa e não quantitativa, de como é que o regulamento, de como é que esta medida, este programa está, de facto, a ser recebido e de que forma é que está a resolver os problemas dos munícipes. -----

----- E fui recuperar (portanto, isto, uma questão). -----

----- Segunda questão, fui recuperar aquilo que tinha sido a discussão aqui a três de dezembro de dois mil e dezanove, quando aprovámos o Regulamento de Serviço Médico ao Domicílio, e valerá a pena voltar outra vez a insistir numa matéria que o Partido Socialista na altura colocou, que era a questão da prestação, ou o universo dos beneficiários não ser só os cidadãos com mais de sessenta e cinco anos, mas serem os cidadãos com necessidades especiais, com problemas de deficiência que, naturalmente, terão mais necessidade de recorrer a um tipo de serviço desta natureza. Portanto, voltava hoje aqui a colocar essa questão. Não está neste regulamento, mas valerá a pena que a Câmara pondere esta questão numa alteração do regulamento, numa futura alteração do regulamento, porque esses sim, são os cidadãos que mais

necessitam de uma prestação desta natureza e terem o apoio telefónico necessário quando ocorre uma situação qualquer, tanto mais que muitas vezes, estes cidadãos são em agregados uni familiares e, portanto, isto tem todo o sentido que seja, de facto, ponderado para o futuro.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mas eu penso que o Serviço Nacional de Saúde prevê, que nessas situações, o médico de família se desloque a casa.”-----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----O IN-OV promete, o IN-OV cumpre. -----

-----Esta foi uma promessa que foi criada por este movimento em dois mil e dezassete, quando se candidatou pela primeira vez. Quero dar os parabéns ao Executivo e à Senhora Vereadora Teresa Bacelar e naturalmente ao Senhor Presidente da Câmara, que é quem coordena todas estas políticas.-----

-----Nós tínhamos esta perceção clara de que não só Oeiras é um concelho com muita gente idosa (e sabemos das dificuldades que as pessoas têm em ter consultas, todas, não só as idosas, não só as que têm mais dinheiro, como as que têm menos dinheiro) ... que dependem do Serviço Nacional de Saúde. Os hospitais centralizam e ficam “à pinha”. Eu próprio testemunhei aqui em São Francisco Xavier, numas urgências a que levei a minha mãe, a quantidade de pessoas idosas que vão parar aos serviços de urgência. É uma coisa impressionante. Não têm médico de família (como sabemos) e muitas vezes as pessoas dirigem-se aos hospitais para terem uma consulta, esta é a realidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É a continuação de um projeto, naturalmente que poderá ser melhorado, inclusivamente deixo aqui uma questão e peço desculpa porque sou totalmente leigo na matéria, mas é um contributo que poderemos dar para uma evolução deste projeto. No artigo dois, na alínea B, embora esteja previsto na alínea A um atendimento por telefone vinte e quatro horas por dia, na alínea B as consultas ao domicílio são feitas todos os dias, entre as vinte e as oito da manhã. Não sei se isto se prende com algum objetivo, e a minha pergunta é se poderíamos ter este serviço durante vinte e quatro horas. -----

----- Mas um grande voto de louvor ao IN-OV, ao Senhor Presidente, ao Executivo, porque é destes contributos que o nosso Concelho precisa e é também uma grande ajuda para o Serviço Nacional de Saúde e para os oeirenses. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Tal como há bocado critiquei, agora tenho que elogiar a proposta do Senhor Deputado Jorge Rato (PS). Evidentemente que perante o falhanço absurdo do Serviço Nacional de Saúde e do aparato da Segurança Social portuguesa, naturalmente que o Município de Oeiras, naquilo que tem sido feito ao longo das décadas, mas agora necessariamente pelo colapso que está à vista de todos, é natural que o Município de Oeiras tenha de continuar a substituir-se ao Estado Central. Sabendo que os cidadãos portadores de deficiência, acima de todos os outros, têm sido mais abandonados do que os outros, naturalmente que nós prevemos alargar já no próximo ano a medida do médico em casa também aos cidadãos portadores de deficiência. Portanto, a sua proposta é boa, vem a bom tempo, mas já estava a ser pensada pelos serviços. Dizer também...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

-----“Senhora Presidente, peço desculpa, a Senhora Deputada faz muito ruído, depois não se consegue fazer o raciocínio.-----

-----Dizer também que faz parte do contrato o relatório qualitativo do mesmo, da execução do mesmo. Portanto, esse relatório existe, conhecemos a avaliação, conhecemos a qualidade do serviço que tem sido prestado. Tenho de olhar aqui para os números, porque não os consigo dizer de cor. No último ano, tivemos noventa e oito consultas ao domicílio e sessenta e nove atendimentos telefónicos de telemedicina. Para além disso, fizeram-se mais quarenta e dois pedidos de informação. -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), que tinha questionado a questão do horário. O horário é um horário complementar ao horário do Serviço Nacional de Saúde. No entanto, temos vinte e quatro horas em teleassistência, portanto, temos a resposta também para as vinte e quatro horas. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente. É só.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Uma vez que o Senhor Vice-Presidente acabou agora de anunciar que existe um relatório qualitativo, eu apresento um **requerimento oral** para que seja disponibilizado aos deputados o Relatório da Atividade deste serviço. Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) perguntou o seguinte: -----

-----“Obrigado pelo esclarecimento que, entretanto, foi indicado. Será um euro por cada utente inscrito, certo?-----

-----Ficava só a faltar a informação se as ocorrências foram chamadas telefónicas e visitas de médico, ou se concretizaram já todas as cento e sessenta e sete ..., são cento e sessenta e sete visitas de médico. Não, são chamadas também? Já inclui tudo, não é? Se ouvi bem.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, com sua licença. -----

----- Volto a responder tudo. -----

----- Foram feitas noventa e oito consultas ao domicílio, sessenta e nove atendimentos telefónicos de telemedicina, mais quarenta e dois pedidos de informação. São esses os números.”

----- O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** observou o seguinte: -----

----- “Ok, esse total é um “bocadinho” diferente do que foi indicado aqui, mas já me clarifica. Obrigado. -----

----- Queria só deixar aqui uma sugestão. Na proposta, atualmente, é indicado uma proposta de atualização anual dos dados dos beneficiários, que implica prova de residência, de rendimentos e prova de vida, implícita, porque claro, todos os anos as pessoas podem falecer, é uma idade em que muitas falecem, outras podem sair. Agora, obrigar três mil idosos, todos os anos, a apresentar uma série de documentos é algo um “bocadinho” pesado, não é? A minha sugestão aqui seria se para propósito de negociação com o fornecedor de serviços, poder-se-ia, por exemplo, durante um período de cinco anos, ou seja, as pessoas renovariam de cinco em cinco, faziam as provas e nos períodos intermédios poderia haver uma estimativa com base nas taxas de mortalidade, com base nas taxas de saídas do Concelho, quais dos inscritos é que, entretanto, já não estarão realmente inscritos, já não estarão a beneficiar. -----

----- Da parte dos beneficiários, acho que também não haveria, não criaria lugar a abuso para isto, porque se eles tiverem saído de Oeiras, os médicos também não vão visitar fora de Oeiras, deduzo, se estiverem mortos, também já não vão chamar o médico, e numa fase em que já estão reformados, a variação de rendimentos será muito reduzida, ou quase nenhuma, por isso acho que poderia ser assumido pelo Município qualquer variação nesse caso. -----

----- Era só, vou deixar esta sugestão, mas acho que vai num bom caminho e apoiamos este tipo de medidas e o trajeto. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Noventa e oito pedidos de assistência ou consulta e sessenta e cinco consultas são efetivamente comprovativas do enorme descalabro do Serviço Nacional de Saúde, como foi referido pelo Senhor Vice-Presidente.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 164/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 903/2023 – UGPS – REGULAMENTO DO SERVIÇO “MÉDICO EM CASA” DO MUNICÍPIO DE OEIRAS – APROVAÇÃO FINAL** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e três barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de outubro, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar o projeto de revisão do Regulamento do “Serviço Médico em Casa” do Município de Oeiras, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **INTERVALO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo --- -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 913/2023 – DGREAE - relativa à Aprovação final do novo “Regulamento Municipal de Ação Social Escolar” - Revoga o Regulamento 288/2019, de 28 de março (DRE. 2.ª Série) (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Este documento trazia uma incorreção que foi corrigida, sobre uma Declaração de Voto de uma Senhora Vereadora, que foi corrigida pela Câmara e que nós pusemos no Salão Nobre e que também foi distribuída em papel pelos grupos políticos. Isto sobre o sentido de voto numa Reunião de Câmara. Não tem a ver com a proposta em si, limitámo-nos, realmente, a fazer a correção, que é correto.” -----

-----O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) disse o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Em relação a esta proposta de aprovação final do novo Regulamento Municipal da Ação Social Escolar, a Iniciativa Liberal vê a proposta em geral como um bom trabalho. No entanto, gostaríamos de fazer algumas sugestões, salientar alguns aspetos que nós gostaríamos de ver melhorados para o futuro, eventualmente. -----

-----Nós, naturalmente, consideramos que o único requisito para a ação social escolar deverá ser a condição económica das famílias e dos estudantes e, como tal, vemos com alguma tristeza que estes benefícios, estes apoios a estas crianças, apenas se apliquem àquelas que estudam em escolas da rede pública e não estejam disponíveis para todas as crianças carenciadas.

-----Outra coisa que reparámos, gostaria de deixar a nota. Em relação às refeições escolares, não existe uma referência, por exemplo, à garantia de disponibilização de micro-ondas para o caso de estudantes que queiram trazer refeições de casa e aquecê-las. Não sei se isso está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

garantido de outra forma, já que o regulamento vai adaptar, isto poderia também vir referido. ----

----- Gostaria de deixar a questão/sugestão, se também não deveria ser incluída a referência ao apoio de materiais, neste caso equipamentos eletrónicos. Creio que o que é referido, ou os fundos mencionados serão apenas para materiais básicos, canetas, cadernos, etc. e, se calhar, podia também ser englobado, como fazem outros municípios, o empréstimo de computadores, materiais para o ensino também num formato digital.-----

----- E seria isto. Obrigado.” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Para quem é liberal, é estranho que se venha aqui falar em aumentar as responsabilidades do Estado. Tanto mais que estamos num município em que a escola pública cobre todos os alunos e não há contratos de associação. Se houvesse, percebia-se que se colocasse aqui a questão de o regulamento apoiar também os estudantes do ensino privado. Como não há, e todas as crianças e jovens com fracos rendimentos estão seguramente na escola pública e não na privada, não se entende a intervenção do Senhor Deputado. Peço-lhe desculpa.-----

----- Relativamente a esta proposta, nós... Não... Senhora Presidente, pronto, muito obrigado. É isso.” -----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Os apoios contemplados no Regulamento Municipal da Ação Escolar são fundamentais para que as condições de desigualdade no ensino sejam atenuadas e, nestes casos, o Estado Social é o garante da promoção da igualdade. Saibamos defender o Estado Social. Mesmo nestes tempos cinzentos, em que o liberalismo irracional sobe a todo o custo com projetos que pretendem tornar a educação um negócio, como assistimos na Argentina. -----

----- Em Portugal é urgente defender a verdadeira liberdade, aquela que só nos chega com

o direito ao ensino digno, público e gratuito. Olhando para o documento do relatório de consulta pública, parece-nos que existiu um esforço para reforçar a justificação da não integração de alguns contributos dados. Serão orientações técnicas, ou uma escolha política do Executivo? Entendemos que seria fundamental integrar algumas delas. Aproveitamos esta discussão para referir que podemos ir muito mais além destes apoios. Existe uma urgente necessidade de uma nova geração de políticas sociais da educação, que promova um foco na qualidade dos apoios e também na sua eficiência. Podemos ir além das visitas de estudo, o transporte escolar é uma medida urgente. Há também uma urgência em reforçar os apoios nas atividades extracurriculares e garantir apoio pós-escolar. -----

-----Um dos maiores fatores de desigualdade no nosso ensino vai muito além da frequência do espaço escolar, onde estes se encontram em condição de igualdade. O grande fator de desigualdade verifica-se no momento após o fim das aulas. Os mais favorecidos como eu (tive esse privilégio) recorrem a centros de estudo para aperfeiçoar aquilo que aprenderam nas aulas. A maioria não tem esse apoio. Um desafio dos municípios e do Ministério da Educação é oferecer alternativas nesta área: centros de estudo nos bairros camarários e não só, ludotecas, espaços de estudo, ATL's nas escolas, que também devem ter ofertas públicas para consolidar o nosso sistema de ensino. - -----

-----Posto isto, era interessante acomodar nesta proposta um diagnóstico também das várias carências. Eu sei que esse diagnóstico existe e, portanto, era interessante acomodar esse diagnóstico sobre as várias carências na nossa comunidade escolar do Concelho, para entendermos quais as áreas com maior urgência de intervenção. -----

-----Os tempos difíceis em que nos encontramos exigem mais esforços sociais. Este regulamento deve, no futuro, vincular outros apoios, reforçar além daquilo que é legislado pela lei (e sei bem que já o fazemos), mas não temos dúvidas que podíamos fazer mais em outras áreas. Se o Estado Social não é assertivo, corretivo e abrangente, acaba por ser alvo de abate por parte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

das políticas neoliberais. -----

----- Saibamos defender esse Estado Social.” -----

----- **A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostava de dizer ali ao Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, que temos de ser mais atentos àquilo que se passa à nossa volta. Os equipamentos eletrónicos já são dados a todos os alunos desde o primeiro ano de escolaridade, até ao décimo segundo ano pelo Estado português, num investimento que foi feito de larga monta e que tem chegado, apesar de haver ainda algumas faltas de equipamento, mas o que é um facto, é que nós podemos dizer que, neste momento, há um esforço significativo para que todos os alunos tenham equipamentos eletrónicos com “hot spot” a funcionar, portanto, isso é um problema que nós não temos de nos queixar. -----

----- A segunda questão que o Deputado da Iniciativa Liberal levanta, é a existência de micro-ondas. A existência de micro-ondas pode ser realmente considerada nas escolas em que os alunos são mais velhos, mas nós temos sempre de observar questões de segurança. Ora, nós não podemos ter crianças de doze anos a manusear micro-ondas. O micro-ondas mal é manuseado tem de ser limpo, porque nós nunca sabemos o que é que o aluno colocou lá dentro, portanto, também há que considerar que a alimentação, sempre que possível, que é fornecida e, neste momento, está a cargo do Município, é de qualidade. Realmente, por vezes, temos umas falhas por causa da cozinha, pela qualidade dos alimentos, pela cozinha, a cozinha às vezes traz problemas, vem para as redes sociais, mas na sua maioria, as escolas estão bem fornecidas, as ementas são colaborativas, são diversificadas, têm um largo espectro que serve todos os alunos.-----

----- Depois, relativamente ao Senhor Deputado do Grupo Político Evoluir Oeiras, o Senhor Deputado David (EO) não foi? Foi o David Ferreira (EO), eu tenho a dizer que as grandes questões do acompanhamento aos alunos não se põem no pré-escolar, nem no primeiro ciclo. Porque no pré-escolar, temos o AAAF, que são Atividades de Apoio e Acompanhamento à Família, que são até às cinco e meia, e depois das cinco e meia, temos o ATL (Atividades de Tempos Livres) que

geralmente está a cargo das Associações de Pais ou dos Agrupamentos, depende dos contratos que foram feitos. E esse prolongamento de horário (que espero que o Senhor Deputado só queira até às sete horas, daqui a pouco também dávamos banhos, jantar, e os meninos também iam para casa) tem uma mensalidade que é de acordo com o escalão de cada um dos alunos. Portanto, até ao primeiro ciclo, a questão está resolvida. Relativamente ao segundo ciclo, não está tipificado na lei. Há agrupamentos que já oferecem aos pais que querem atividades para lá da componente letiva. Relativamente ao terceiro ciclo e secundário, a autarquia pode ter um papel no apoio a estes alunos, mas como deve compreender, os alunos do ensino secundário e do terceiro ciclo já têm uma autonomia, que se querem demarcar de uma forma bastante vincada daquilo que é a escola a partir de certo momento, independentemente das suas características sociais, ou serem daqui ou serem de acolá. Eles são jovens, são adolescentes, estão a crescer e querem ter uma autonomia diferente de passar o tempo todo dentro da escola. Isso é um pelouro que muitas das vezes a família queria, que as escolas tivessem os meninos sempre lá dentro, mas relativamente aos nossos adolescentes, nós temos de ter um olhar diferente de que tipo de atividades é que eles carecem.-----

-----A Autarquia, sim senhora, podia fazer um papel e penso que já está pensado que haverá, a curto prazo, atividades dessas pensadas, mas eu por acaso, Senhor Deputado David (EO) fiquei espantada, porque é que em vez de focar esta questão dos jovens que têm dificuldades em estudar e as ludotecas, não pôs a questão no manancial imenso de crianças com necessidades educativas especiais, que não podem nem devem passar na escola desde as oito da manhã até às sete da tarde, e que necessitam, esses sim, de ter atividades que sejam oferecidas, atividades diferenciadas, espaços diferenciados, e é com esse olhar que nós temos também de olhar a educação, porque eles são diferentes, mas também são nossos e precisam de um olhar absolutamente cuidadoso, sobre o acompanhamento que nós temos de fazer a estas crianças. -----

-----Eu relembro que o número de crianças com necessidades educativas especiais está a aumentar significativamente. A Autarquia tem tido um cuidado, de acordo com os meios que lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

são dados, porque nem todos estão preparados para facilitar este tipo de trabalho e este enquadramento, para dar um apoio significativo a estes jovens. Mas lembro que isto é um número crescente e abismal de crianças que nos estão a chegar com grandes dificuldades.” -----

----- O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- É só muito rapidamente para acrescentar àquilo que a Senhora Deputada e Professora Fátima Rodrigues (IN-OV) disse, com o qual eu concordo plenamente. Reforçar só isto, que as refeições servidas nos refeitórios das escolas do Concelho de Oeiras deram um salto qualitativo grande, com a assunção da responsabilidade dos refeitórios por parte do Município. A comida é suficiente, serve para reforçar os apetites, é equilibrada e tem sempre três pratos à disposição dos alunos: o prato normal, o prato vegetariano e o prato especial para os alunos que tenham dietas específicas, sejam elas quais forem. -----

----- Queria dizer também que o regulamento dos apoios sociais deve prever e prevê, como o anterior já previa, que a qualquer momento quando uma família entra em dificuldades, de uma forma rápida, assertiva, sem burocracias, mas certificada, se pode pedir e dar escalão aos alunos para os apoiar, sem precisar da próxima declaração de IRS e sem colocar os alunos de parte. -----

----- Portanto há, de facto, mais-valias na revisão e neste novo regulamento em benefício da igualdade de oportunidades e do apoio indiferenciado a todos os alunos, provenham eles de onde provierem. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Não há inscrições? Não há mais inscrições. Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra?”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Várias questões já foram aqui esclarecidas e até respondidas nas várias intervenções que foram feitas pelos senhores deputados.-----

-----Muito rapidamente, Senhora Presidente, queria só acrescentar algumas notas. Dizer que está em curso, como já foi dito, uma concessão para o fornecimento das refeições escolares em todos os quarenta e seis estabelecimentos de ensino do Concelho de Oeiras. Essa questão das crianças e jovens que levam a sua própria refeição para a escola e, portanto, solicitam condições para as aquecer e um lugar para as tomar, é uma questão recorrente em praticamente todas as escolas. Não tenho assim conhecimento de que em nenhuma isso seja um problema. Em praticamente todas as escolas, naquilo que é a relação normal das famílias, da Associação de Pais, com os professores e com a direção e as coordenações das escolas, constroem-se localmente as soluções. O Município procura não interferir nessa matéria, que fica no âmbito daquilo que é a autonomia das próprias escolas, na gestão do seu quotidiano e dos seus espaços, na garantia das melhores condições aos seus alunos, para a sua normal atividade na escola, incluindo a toma das suas refeições, se as preferem levar de casa.-----

-----Queria dizer também, uma outra nota, Senhora Presidente, que em sede de consulta pública relativamente a este regulamento, foram apresentados vários contributos. Da apreciação que foi feita de todos esses contributos, foram incluídos quatro no regulamento, por se considerar que constituíam uma melhoria ao próprio regulamento e, portanto, tomou-se a decisão de os incluir. -----

-----Relativamente aos transportes escolares queria também só deixar uma nota que Oeiras é um concelho com uma área territorial muitíssimo pequena, são só quarenta e cinco quilómetros quadrados, outros concelhos há no país com extensões territoriais enormíssimas. No nosso caso, não é assim e, portanto, a opção que há muitos anos tem sido tomada e é uma opção de sucesso, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a garantia do transporte escolar através da rede pública de transportes, que estão disponíveis para os cidadãos e que os cidadãos em idade escolar utilizam. Tem sido uma boa solução que não tem levantado problemas e que ao longo dos anos se foi julgando tecnicamente adequada à dimensão territorial do nosso Concelho, que é bastante reduzida. -----

----- Quería só também (uma terceira nota, Senhora Presidente) dizer que há muitas, muitas, muitas atividades de enriquecimento curricular, de desenvolvimento pessoal e cultural das crianças e dos jovens que, em parceria com os Agrupamentos de Escolas, o Município disponibiliza. Aliás, até devo dizer, há muitas atividades que os Agrupamentos de Escolas disponibilizam para além das atividades letivas no âmbito dos seus projetos educativos (muitas, muitas, muitas, muitas, muitas) ... Aliás, quero, por exemplo, dizer que nós em dois anos, passámos de dois Clubes de Ciência Escolar para dez (Clubes de Ciência Escolar) e há muitas outras coisas que estão a acontecer, fruto do extraordinário trabalho das equipas diretivas dos nossos Agrupamentos de Escolas e do coletivo de professores, ao lado dos quais a Câmara Municipal sempre está procurando acrescentar valor, disponibilizando aquilo que falta, os recursos que estarão a faltar, o financiamento que às vezes não é suficiente, para que haja mais e mais resposta de atividades de complemento curricular e de desenvolvimento pessoal dos alunos. Há muita coisa, poderia referi-las, muitas, não vou estar a elencar, mas, reparem, falei dos Clubes de Ciência, mas vejam, por exemplo também, que há muito pouco tempo tínhamos uma orquestra escolar, e neste momento, temos três, duas orquestras sinfónicas, não quatro, três orquestras sinfónicas e uma orquestra jazz, em vários Agrupamentos de Escolas. As coisas estão a evoluir, o financiamento para estas atividades de ano para ano cresce, sempre, e há uma oferta cada vez maior. -----

----- Gostava (mais uma nota, Senhora Presidente) de dizer que existe, de facto, já existe (a preocupação que o Senhor Deputado levantou também é nossa, aliás, é de todos, creio eu) uma rede de centros de apoio ao estudo nos bairros, de iniciativa municipal. Começou com o centro de apoio ao estudo do Bairro do Pombal, neste momento já existe também no Bairro Sá Carneiro,

existe na Outurela, está-se a criar, vai-se criar um polo nos Barronhos, também ali naquela zona. Já existe no Moínho das Rolas, com ligação à Lage também, e nós estamos a alargar esta rede de centros de apoio ao estudo que está a apanhar já na ordem das centenas de crianças e jovens. Portanto, é uma preocupação comum, esse investimento está a ser feito, os centros estão a abrir e a rede está-se a alargar. -----

-----Só uma última nota, Senhora Presidente. Dizer que a Professora Fátima Rodrigues (IN-OV) falou da questão das crianças com necessidades educativas especiais e/ou necessidades de saúde especiais que estão a chegar às nossas escolas que, fruto daquilo que é a implementação do decreto-lei da inclusão escolar, que vale a pena dizer, é um dos diplomas mais avançado do mundo, naquilo que diz respeito à inclusão educativa, pena é que não seja acompanhado depois das condições, dos recursos, da dotação orçamental necessária para a sua implementação no terreno, como todos os diretores de Agrupamento desejariam, e como a Câmara Municipal também desejaria e gostaria de estar ao lado daquilo que são os esforços do Governo na implementação deste diploma. Esse é que é o grande problema. -----

-----Mas dizer que também a Câmara Municipal aqui está a procurar acrescentar valor ao que está a ser feito, e em várias das nossas escolas tem garantido apoio complementar de assistentes operacionais, para que estes meninos que têm situações mais complicadas, possam frequentar o prolongamento de horário até às dezassete e trinta, nomeadamente as atividades de enriquecimento curricular, porque elas são de oferta obrigatória, embora de frequência facultativa. Criou também condições, já desde o ano passado, para que estes meninos com necessidades especiais possam também ver concretizado o seu direito a ter atividades enriquecedoras durante as interrupções letivas e, portanto, abrimos já no ano passado duas colónias de férias inclusivas, que aceitam todos os meninos, inclusive aqueles com problemas muito complicados e vamos continuar com essa política de disponibilizar a esses encarregados de educação colónias de férias inclusivas, para que os seus educandos, terminada a escola, não se vejam forçados a ficar em casa e não ter atividades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

enriquecedoras, como têm todos os outros meninos. -----

----- Obrigado, Senhora Presidente.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com três abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de

Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

-----O Senhor Deputado Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 165/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 913/2023 – GCAJ/DGREAE – APROVAÇÃO FINAL DO NOVO “REGULAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR” – REVOGA O REGULAMENTO 288/2019, DE 28 DE MARÇO (DRE. 2ª SÉRIE)**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e treze barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de outubro, e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com três abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, aprovar o projeto de “Regulamento Municipal de Ação Social Escolar”, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 932/2023 – GAF - relativa à Junta de Freguesia de Barcarena – Contrato Interadministrativo N.º 698/2020 - Renovação N.º 142/2022 - Transferência inter-rubricas (os documentos relativos a esta proposta ficam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- **A Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** fez a seguinte intervenção:----

----- “Antes da minha intervenção sobre esta proposta, gostaria de informar que a proposta número novecentos e trinta e três foi retirada (a proposta que ia ser votada a seguir) porque o grupo parlamentar da Assembleia Municipal do Partido Socialista, de novo, detetou um erro na proposta e anexos...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, desculpe, mas sobre essa proposta agora não nos pronunciamos.”

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Não está a fazer nenhuma pronúncia, está a fazer uma intervenção.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Está no uso da palavra.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Eu sei que está no uso da palavra, até aqui chegamos, mas sobre a proposta novecentos e trinta e três não, foi retirada. Como?”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

----- “Está no uso da palavra. A Senhora Deputada está no uso da palavra.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mas está a falar sobre que proposta?”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** respondeu o seguinte: ---

----- “Está a enquadrar.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Muito bem. Sobre a proposta novecentos e trinta e três não vale a pena, não se fala agora, porque foi retirada. Virá numa próxima reunião. Portanto, a Senhora pronunciar-se-á sobre

a proposta novecentos e trinta e dois. Muito bem. Faça favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Eu já tinha terminado o que queria dizer. Foi só que comunicámos aos serviços da Câmara.-----

-----Mas voltando então à presente proposta. Está esta Assembleia solicitada a aprovar uma alteração inter-rubricas solicitada pela Junta de Freguesia de Barcarena, nos termos do contrato interadministrativo estabelecido com a Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----O PS nada tem a opor a esta alteração, pelo que votará a favor da mesma.-----

-----Não podemos, no entanto, novamente deixar de reafirmar que a delegação de competências da Câmara para as Freguesias deveria ser muito mais ampla e diversificada, dando assim um sinal de confiança nos órgãos do poder local, democraticamente eleitos.-----

-----O contrato interadministrativo em vigor com esta Junta somente se reporta a obras de reparação e manutenção, e entre o seu clausulado constam condições como, e cito “submeter a prévia apreciação e aprovação do Presidente da Câmara todas as intervenções de valor igual ou superior a cinco mil euros, e, ainda, submeter a prévia apreciação técnica todas as outras intervenções de valor inferior.” -----

-----Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente: -----

-----Com estes valores não se trata de uma verdadeira delegação de competências, mas antes de uma simulação, pelos mínimos, do estipulado na lei.-----

-----Desconfia o Executivo da Câmara da capacidade de decisão e execução das Juntas de Freguesia? Ou pretende somente todo o protagonismo para si próprio numa atitude egocêntrica ou talvez de medo de ensombramento pelos outros órgãos do poder local? -----

-----É altura de dar o exemplo, sem temores ou hesitações, os quais têm por base, eventualmente, uma postura menos democrática, menos aberta e de menor confiança nos outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

órgãos locais democraticamente eleitos, o que se impõe alterar. -----

----- E, importa aqui, também questionar sobre a ambição das próprias Juntas em assumirem mais responsabilidades. Estarão estas acomodadas ao status quo? -----

----- O Partido Socialista, não pode, uma vez mais, deixar de expressar que as Juntas de Freguesia deveriam ter mais competências delegadas, a bem do exercício da democracia, da proximidade das populações, de um melhor conhecimento das necessidades destas e de uma agilidade de decisão e execução.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como é do vosso conhecimento, este contrato interadministrativo não foi negociado por este Executivo, foi pelo Executivo anterior. Em relação àquilo que aqui foi exposto pela Senhora Deputada, eu da minha parte, enquanto Presidente da Junta de Barcarena, tenho a dizer que não me sinto de forma nenhuma condicionada. Pelo contrário. Sei que não disse isso, mas deixa no ar que nós estamos limitados. Não me sinto limitada, encaro o Gabinete de Apoio às Juntas como um órgão fiscalizador de acompanhamento, do qual, digo-lhe já, que não abdicaria de forma nenhuma. Portanto, da minha parte... e daí, também pedir este enquadramento no contrato entre rubricas, porque acho que é importante e vai ao encontro das minhas necessidades o que, de imediato, foi acatado pelo Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Isto sobre a delegação de competências, foi devidamente negociada entre todas as freguesias e o Senhor Presidente da Câmara. Nunca tivemos, até este momento, qualquer problema para qualquer obra que nós pedíssemos autorização para fazer, fosse ela de cinco, de dez, de

quinze, de vinte, nunca tivemos qualquer objeção a isso. Quanto a mim, os cinco mil já vinham do antigamente e não foram revistos na altura do contrato, foi apenas isso.-----

-----Ninguém se preocupou com isso, nem a Câmara se preocupou, nem nós nos preocupámos com isso, porque tudo aquilo que nós temos pedido, tem sido dado. Desde viaturas, desde pessoas, temos as condições para desempenhar as funções da delegação de competências que nós aceitámos. Não fazemos mais, porque não é fácil, de um momento para o outro, transformar uma junta de freguesia numa câmara.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Eu só queria fazer uma pergunta, mas agora vou ter que fazer aqui também uma declaração. Vou ter que dizer ao Senhor Presidente de Porto Salvo que a expressão “que tudo o que temos pedido à Câmara Municipal” é uma expressão que não se coaduna com a Democracia e com os tempos que vivemos hoje. É uma expressão bafienta, mas ele lá saberá.-----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Presidente de Junta de Barcarena, eu queria obter um esclarecimento, se fosse possível. A Senhora Presidente disse que o contrato administrativo atual foi negociado pelo anterior Executivo da Junta de Freguesia, é isso? Assim sendo, confirmado que foi agora que este contrato que esta Presidente e que este Executivo tem em vigor, na sua freguesia, foi o anterior contrato negociado pela anterior Presidente, quero dizer que lamento profundamente que não tenha havido durante dois anos, em qualquer momento, a manifestação de vontade da Senhora Presidente (pelos vistos) em negociar novo contrato, ou abertura por parte do Senhor Presidente, em poder fazê-lo também.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** observou o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu lamento mais uma vez ter que intervir nesta sede. Trata-se apenas de uma transferência de despesa corrente para capital, mas alguns deputados e nomeadamente uma deputada do Partido Socialista invocou aqui, deixando subjacente uma reserva da Câmara Municipal à delegação de competências, que na ótica dela, ou dos deputados do Partido Socialista não é tão robusta, como deveria ser. -----

----- Ora, eu quero aqui reforçar, mais uma vez, a posição enquanto presidente de junta, esta é uma questão meramente política. Uma questão é a delegação de competências que nós temos e que negociámos com o Senhor Presidente e é isso mesmo, “delegação”. Delegação de competências que pode ocorrer com este Executivo desta forma, ou que pode ocorrer com outro Executivo de outra forma. Portanto, o que está aqui em causa é, de facto, na minha ótica, uma necessidade de uma reforma administrativa e política que dê às juntas de freguesia competências próprias que lhes permitam ter um quadro de pessoal com técnicos condizentes com as competências que forem aprovadas pela Assembleia da República, e não delegadas. Eu falo, a título de exemplo, porque provavelmente, as pessoas não sabem, nós temos os técnicos que temos ao nível de especialistas, contratados provisoriamente, porque não sabemos quando é que a delegação de competências termina. Esta questão é uma questão política. Que deem às juntas de freguesia competências próprias e não que tenha que haver competências delegadas, com os respetivos financiamentos e recursos das câmaras municipais. E isto é uma questão da Assembleia da República, não é uma questão da Câmara.-----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, não pediu a palavra?”-----

----- **A Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena)** referiu o seguinte: -- -----

-----“Pedi sim, Senhora Presidente. Muito obrigada.-----

-----Era só para responder e para esclarecer também que sim, que a Junta de Freguesia de Barcarena não negociou este contrato, aceitou a continuidade deste contrato e nesse... mal não... e nesse sentido está a fazer uma reforma interna. Grave são outras coisas que podem acontecer, tendo dinheiro e não utilizar. Isso para mim é grave. Reestruturar, equipar, fazer o caminho com aquilo que se tem na seriedade, isso para mim, sim, é o caminho.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, atenção ao seu tempo...”---

-----O **Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** observou o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Vamos lá ver se nós nos entendemos. Quando se fala em “contrato de administração anterior” é, como disse a minha colega de Barcarena, continuidade, com uma grande diferença. À Junta de Freguesia de Porto Salvo foram atribuídos os valores que ela solicitou e que julgava que eram suficientes, e têm sido. Solicitou e foram aceites de imediato. A Junta de Freguesia de Porto Salvo solicitou “X” homens para limpeza e obras, e foram aceites de imediato. Cada junta de freguesia solicitou à sua medida. Há uniões de freguesia que preferem trabalhar com empreitadas e empresas, há as que trabalham em administração direta. Nenhuma delas foi obrigada a alterar fosse aquilo que fosse. Aquilo que foi pedido na altura das reuniões foi tudo aceite, até ao dia de hoje. -----

-----Portanto, não vamos pôr aqui em causa, porque todas as uniões de freguesia e juntas de freguesia reúnem-se e falam constantemente, ainda hoje estamos aqui a fazer um contrato e estamos em colaboração todos juntos, porque cada um tem a sua opinião e todos juntos, fazemos um contrato único. É assim que nós temos trabalhado, é assim que a Câmara tem trabalhado connosco, e quando necessitamos de uma ajuda, a Câmara está sempre disponível para dar essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ajuda. Ainda há muitos poucos dias, a Junta de Freguesia de Porto Salvo precisou de uma ajuda da Câmara e dois dias depois tinha essa ajuda. Isto é uma delegação de competências. -----

----- Agora, o que eu tenho muita pena é haver um Governo que fez duas leis. Isso é que eu tenho muita pena e custa-me muito ter que dizer isto, mas tenho que o dizer, porque Lisboa é um país, o resto do país é outro país, não conta, não é Portugal. Não é Portugal, porque não se admite fazerem uma delegação de competências para uma cidade, porque não se admite e depois deixarem todas as outras freguesias abandonadas. Foi isso que aconteceu na altura.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhora Presidente, eu vou ser muito curto, e desde já porque a Presidente Doutora Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) focou o essencial do meu ponto de vista, nesta questão.-----

----- As juntas de freguesia têm três fontes de financiamento os “três F” (Fundo de Fomento Freguesias) que pouco mais dá para pagar do que os salários dos trabalhadores das freguesias e das uniões de freguesias; as taxas e licenças, que são quase valores residuais nos orçamentos e em Oeiras, há mais de vinte anos, certamente, ou vinte e cinco, tem este protocolo de delegação de competências que é fundamental, tanto para a Câmara, como para as freguesias. As freguesias são o para-choques da Democracia e são o órgão de soberania mais próximo do cidadão, para além da importante função que têm na Democracia, que são elas que organizam o recenseamento (agora não o recenseamento, mas as eleições, o recenseamento agora está centralizado).-----

----- A Doutora Madalena (Presidente da União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) tocou aqui na questão fundamental, porque há freguesias, por exemplo, em Lisboa, que têm orçamentos maiores que muitas câmaras e por razões históricas, em Oeiras, as freguesias não têm receitas próprias, não têm fontes de financiamento próprios, de

atividades, de alugueres de espaços, etc. Portanto, esta questão tem que ser de facto devolvida ao Poder Central, senhores deputados, porque, como é óbvio, aquele que cede o dinheiro, tem todos os poderes de fiscalização. Se há aqui delegação de competências, se é o Município que está a atribuir as verbas, pois, naturalmente, que tem o dever de fazer a respetiva gestão, enfim, “fiscalização”, não é política, mas pelo menos administrativa, da gestão desses dinheiros.-----

-----Portanto, aqui a questão tem que ser devolvida ao Poder Central até porque, ainda recentemente, o nosso Governo reconheceu a importância das freguesias, ao atribuir certas funções que estão na Segurança Social, onde os cidadãos simplesmente encontram uma parede (ou seja, querem tratar de diligências e de assuntos importantes e é o caos na Segurança Social), e o Poder Central percebeu que se delegasse essas funções nas câmaras e esta nas juntas de freguesia, pelo princípio da subsidiariedade, da proximidade, os cidadãos (que é isso que interessa, são os cidadãos) seriam muito mais bem servidos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo) disse o seguinte:**---

-----“Apenas para dizer uma coisa muito simples, é um esclarecimento, sim...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:** -----

-----“É um esclarecimento? À Mesa? É que o Senhor não tem tempo de intervenção. Faz favor, faz o esclarecimento à Mesa.” -----

-----**O Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo) referiu o seguinte:**---

-----“É só esclarecer uma coisa muito simples. O Governo atual aumentou os vencimentos na ordem dos seis por cento.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Isso não é um esclarecimento à Mesa. Desculpe. Os senhores já tiveram o vosso tempo de intervenção, as juntas de freguesia têm cinco minutos para intervir, já intervieram, portanto...” -----

----- O **Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte: -- -----

----- “Senhora Presidente, deixe-me fechar. Deixe-me fechar, por favor.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não, já fechou, desculpe.” -----

----- O **Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte: -- -----

----- “Os aumentos dos vencimentos foram de seis por cento e os “três F” para as freguesias foram de dois por cento.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, os senhores têm de se convencer que as normas são para cumprir. Os senhores tiveram o vosso tempo de intervenção, não vale a pena subterfúgios para fazer outro tipo de intervenção. Os senhores sabem e já foi suficientemente esclarecido, todos nós sabemos qual é o problema das juntas de freguesia. E foi aqui dito claramente por uma das presidentes de junta de freguesia. É uma questão política. Agora, não há mais intervenções sobre esse assunto da parte dos senhores, que não têm tempo. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) faça favor. Peço-lhe que seja breve.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Bom, eu queria só voltar ao assunto para dizer o seguinte: os contratos são de

continuidade, mas podiam ter sido revogados. Ponto. Ou renegociados. Não foi essa a opção política do Senhor Presidente e Executivo, e dos Senhores Presidentes de Junta. -----

-----Não vale a pena virem justificar a forma como as propostas aqui chegam, porque nós sabemos que há várias formas jurídicas para se resolver esta situação. Não foi entendimento político que era para resolver, foi para manter, assumam isso, ponto final parágrafo. Nem sequer há questão. -----

-----E sobre a questão política da lei, não do Governo, Senhor Deputado, que já devia saber alguma coisa sobre a forma como funciona a Democracia, mas da Assembleia da República para Lisboa ou da forma como esta mesma lei é aplicada no concelho aqui ao lado da Amadora, relativamente àquilo que são as competências das diferentes juntas de freguesia, o Senhor Presidente de Porto Salvo devia saber que é possível fazer diferente. O que eu depreendo é muito simples: as justificações reiteradas dadas por todos os presidentes e por todas as presidentes nesta Câmara Municipal, nesta sede, só significa uma coisa: é que estão acomodados. Depreendemos que não querem ter mais competências. Nós entendemos que têm que ter mais competências, mais meios, mais recursos logísticos e mais recursos humanos e que é a Câmara Municipal que deve fazê-lo, tal como fez na Amadora. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Só para referir que a Senhora Deputada que estava no uso da palavra tem razão: é sempre possível fazer melhor e diferente. Nomeadamente fazer melhor e diferente do que se faz no Concelho da Amadora, é isso que acontece no Concelho de Oeiras.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra? Mais algum senhor deputado? Portanto, estão encerradas as inscrições. Vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “É curioso, como são os deputados municipais dos outros grupos políticos, particularmente deputados municipais que até foram candidatos a juntas de freguesia que perderam essas eleições, que “rasgam as vestes”, porque querem ter competências dos outros que ganharam as eleições, e da forma como eles governam as suas freguesias. Isto é inacreditável. -----

----- Então quer dizer, isto é ... Agora vejamos: a Câmara é acusada de paternalismo para com os presidentes de junta. Vocês não estão a ver bem, percebam, vocês não conseguem ver bem, não conseguem, vocês não sabem ver bem o vosso papel. É precisa a ajuda dos deputados municipais, munidos de toda a sua pretensão (estou a ser irónico, não vão já fazer cortes e pôr nas redes sociais...) “eu é que sei como vocês devem desempenhar os vossos cargos, como é que devem pedir, ou articular as posições com o Município, e como é que vocês se devem organizar. Oíçamos, nós sabemos melhor que vós próprios, como vocês devem desempenhar os cargos”. E é quem tem este tipo de raciocínio, que acusa os outros de “paternalismo” e “bafiento”. Contem-me outra. Já viram como é que sub-repticiamente se desmonta toda esta lógica? -----

----- Depois (não fui eu que trouxe aqui o exemplo, mas sou obrigado a usá-lo), é possível fazer diferente, é possível fazer como aqui ao lado na Amadora. A sério? A sério, estamos mesmo a comparar os indicadores de desenvolvimento entre Oeiras e Amadora? Senhora Deputada, tenha um pouco de pudor.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que dito.**-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Então vou dar-lhe um conselho, se me permite. Diga na próxima... Como Vossa Excelência quer ser candidata à Câmara nas próximas eleições, tem feito prova de vida para isso... agora está um bocado indecisa, visto os últimos acontecimentos. Ponha assim uns “outdoors” a

dizer “Queremos ter os indicadores da Amadora em Oeiras”. Faça isso... Já que diz que é possível fazer diferente, eu respondo que claro que é possível fazer diferente, tem algumas dificuldades para fazer melhor, porque ninguém faz melhor. Pode querer fazer diferente, diga aos oeirenses... Senhora Presidente, eu espero tudo, com toda a paciência, a Senhora Deputada... Não, Senhora Presidente, é que a Senhora Deputada tem estado em sucessivas provas de vida, temos que a deixar, está a fazer provas de vida. Eu entendo, o nervosismo leva destas coisas.-----

-----Mas voltamos a “malhar no ferro frio”. Digam por favor aos oeirenses que querem ter os indicadores do lado. Façam esse favor, facilitem-me o trabalho. Digam lá que querem fazer diferente. Queremos fazer como os vizinhos do lado. Não são capazes de o fazer, só perdem votos. Porque nenhum oeirense quer... Senhora Deputada, use o meu tempo, não tem problema. Estou generoso. Eu não estou em prova de vida, Senhora Deputada, a Senhora Deputada é que está em prova de vida. Senhora Presidente.... Pronto, eu não vou dizer muito mais. Só vou dizer para que em dois mil e vinte e cinco digam aos oeirenses que querem fazer como no concelho ao lado. Façam isso. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária e João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 166/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 932/2023 – GAF – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º. 698/2020 – RENOVAÇÃO N.º. 142/2022 – TRANSFERÊNCIA INTER-RUBRICAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e trinta e dois barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número vinte

e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a alteração inter-rubricas, de modo a incidir conforme solicitado pela Junta de Freguesia de Barcarena, no Contrato Interadministrativo número seiscentos e noventa e oito, de dois mil e vinte e renovação número cento e quarenta e dois, de dois mil e vinte e dois, celebrado entre o Município de Oeiras e a Junta de Freguesia de Barcarena:

----- Contrato Interadministrativo despesa corrente - cento e vinte e nove mil quatrocentos e doze euros e dez cêntimos; -----

----- Contrato Interadministrativo despesa de capital - duzentos e vinte mil quinhentos e oitenta e sete euros e noventa cêntimos;-----

----- Total de trezentos e cinquenta mil euros, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 933/2023 – GAF - relativa à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - Auto de Transferência N.º 390/2021 - Renovação N.º 147/2022 - Transferência inter-rubricas;---

-----RETIRADA -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 937/2023 – UPAG - relativa à Realização da 2.ª Edição do evento “Açores e Madeira no Mercado”, no Mercado Municipal de Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

– Isenção de Taxas (os documentos relativos a esta Proposta, ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Em relação a esta proposta, relativa à isenção de taxas para a segunda edição do “Açores e Madeira no Mercado”, um evento a decorrer no Mercado Municipal de Oeiras. Portanto, aqui é proposto, com grande detalhe nesta proposta, o porquê de devermos isentar este evento de taxas. Fala-se do grande sucesso da primeira edição e também do interesse em dinamizar os mercados tradicionais, como o Mercado Municipal de Oeiras. Se é este facto o interesse, o que deveria ser feito era um concurso de exploração, porque alguém que tenha a seu cargo explorar os mercados municipais, os mercados tradicionais ou outros espaços, certamente irá encontrar as melhores formas de trazer clientes, trazer pessoas para fazerem o usufruto desses locais. -----

----- Aqui o que nós vemos é uma proposta de isenção discricionária, com a qual nós não concordamos, porque achamos que os impostos devem ser baixos, ou as taxas devem ser até dominadas, mas deve ser igual para todos, deve ser previsível, deve ser estável e não ser feito trazendo para esta Assembleia estas propostas de forma discricionária. Torna-se até um “bocadinho” ridículo, um “bocadinho” absurdo, quando vemos o Presidente orgulhar-se (e com razão) do valor dos negócios em Oeiras, dum PIB superior a todo o valor do turismo nacional e, depois, estamos aqui a ler propostas em que eu tenho que avaliar as bancas que vão ser colocadas no Mercado de Oeiras para promover a Madeira. -----

----- Ver que vai ter uma banca do bolo do caco feito ao vivo e servido com diferentes complementos, com manteiga de alho, chouriço e carne de vinha de alhos. Banca de frutas e produtos agrícolas da Madeira: bananas, maracujá, inhame, etc. Banca de pastelaria e confeitaria: bolos e broas de mel, queijadas da Madeira. Banca de compotas doces, “chutneys” e licores. Banca das cervejas, refrigerantes Brisa, sidras e bebidas artesanais. Banca de vinhos tranquilos de mesa

e vinho Madeira. Banca das guloseimas: rebuçados de funcho, eucalipto, mel, maracujá e chocolates artesanais. Banca da poncha com três variedades: regional, de maracujá, limão, à pescador. ---

-----Eu acho que isto é fantástico, mas nós, que supervisionamos um concelho com uma economia tão grande, estamos aqui a discutir as bancas do mercado municipal. Isto é um “bocadinho” absurdo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Está enganado. Estamos a discutir a isenção de taxas.”-----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: ---

-----“Exato, esta isenção. Nós somos a favor de reduzir ou até eliminar as taxas para todos, em condição de igualdade, sem discricionarietàade e, por isso, infelizmente, teremos de votar contra esta proposta.-----

-----Obrigado.”-----

-----O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Antes de mais, dizer que o Grupo Político Evoluir Oeiras não alinha pela lógica liberal. Entendemos que estas taxas são discricionárias, devem assim manter-se e devemos entregá-las com justiça às entidades que necessitam das mesmas, e àquelas que nos trazem eventos culturais, com toda a qualidade que merece.-----

-----Louvamos a iniciativa gastronómica que nos trará um pouco da cultura das ilhas e é algo que é sempre bem-vindo. Qualquer dinamismo, é bem-vindo nos mercados municipais e o Grupo Político Evoluir Oeiras irá sempre votar a favor das isenções que promovam a cultura gastronómica nos nossos mercados.-----

-----Aquilo que não podemos deixar de sublinhar, é que, de facto, o mercado da Vila de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras está completamente decrépito. Já que o Executivo gosta de comparações, convido o Executivo a visitar mercados por todo o país. E já agora, uns exemplos: mercado de Tomar, Vila do Bispo, Loulé, Santa Maria da Feira, enfim, basta sair de Oeiras para encontrarmos vida nos mercados municipais. O tempo dos mercados não acabou. A maior parte deles até teve um aumento de faturação devido à inflação galopante nos supermercados e das grandes cadeias de distribuição alimentar. Em Oeiras, não se notou. Ninguém preferiu voltar ao comércio tradicional quando este não se encontra em condições. Isto é dito pelos próprios comerciantes e por quem frequenta o mercado, que se sentem frustrados em trabalhar num espaço inserido na malha urbana, mas que não é apelativo ao consumidor. -----

----- Portanto, sim, bem-vindos a estes eventos, mas está na hora de restaurar o mercado, que é uma peça essencial no nosso centro histórico da Vila de Oeiras.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A intervenção da Iniciativa Liberal leva-me a concluir que, de facto, por vezes se brinca com coisas sérias. O que é grave. Nós parecemos esquecer que a insularidade e a periferia destes territórios exigem um espírito de apoio por parte dos portugueses e que é, naturalmente, consubstanciado nestas pequenas intervenções que apoiam, como não podia deixar de ser, as indústrias locais sejam elas do queijo, do leite, dos bolos, o que quer que seja. É através dessa dinâmica e através de trazer ao continente o conhecimento desses produtos para aqueles portugueses que, por razões várias, não os conhecem porque nunca lá foram, que se impõe este tipo de iniciativas que se vão divulgando por todo o país. -----

----- Portanto, tenho que louvar aqui a iniciativa que tem sido muito apoiada pela Câmara de, no fundo, recuperar os mercados, a iniciativa e, aliás, processo esse que não é de hoje. Todos nós nos recordamos, o Senhor Deputado que me antecedeu esqueceu-se, naturalmente, por razões óbvias, o êxito do Mercado de Algés e, portanto, o facto é uma linha que deve prosseguir e este

apoio aos mercados e às iniciativas que os desenvolvam é fundamental. -----

-----O PSD, naturalmente louva esta iniciativa do Executivo em trazer até nós, em segunda edição, este evento e, naturalmente, as taxas que aqui estão são simbólicas. Estamos a falar no total, de mil quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos, senhores deputados. Mais do que uma isenção acaba por ser, no fundo, um pequeno estímulo à presença destes lojistas, destas barraquinhas que naturalmente e nesta altura do ano, que se aproxima o Natal, vão sendo cada vez mais em todas as áreas do nosso país. -----

-----Aliás, senhores deputados, não se esqueçam, vão por exemplo à Praça da Figueira, vão, por exemplo, à Avenida da Igreja, isto só para recordar aqui no nosso concelho de Lisboa as iniciativas que, nesta perspetiva, vão sendo desenvolvidas. -----

-----Portanto, a Câmara está de acordo, está de parabéns por desenvolver, estimular e apoiar todas as iniciativas que ocorram nos mercados. Portanto, iremos votar favoravelmente esta proposta.” - -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não sei se o Senhor Vice-Presidente tem alguma coisa a acrescentar? Posso passar à votação?”-- -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Então não vale a pena. Então vamos passar à votação desta proposta.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Queria só dizer uma coisa muito rápido.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Agora estamos a votar.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Só uma frase.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Estamos a votar, Senhor Vice-Presidente. Desculpe.” -----

4.7.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto

contra do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro). -----

-----A Senhora Deputada Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária e João Manuel d' Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 167/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 937/2023 – UPAG – REALIZAÇÃO DA 2ª. EDIÇÃO DO EVENTO “AÇORES E MADEIRA NO MERCADO”, NO MERCADO MUNICIPAL DE OEIRAS – ISENÇÃO DE TAXAS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e trinta e sete barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número trinta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a isenção de taxas, para a realização da segunda edição do evento “Açores e Madeira no Mercado”, no Mercado Municipal de Oeiras, as quais seriam as seguintes:-----

-----Espaço/hall situado entre o topo das escadas e a entrada para os WC - cento e sessenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos de taxa diária. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Espaço junto às janelas viradas a sul - cento e um euros e quarenta e três cêntimos de taxa diária.-----

----- Bancas (total sessenta e dois metros de frente) - cento e vinte e oito euros e trinta e quatro cêntimos de taxa diária.-----

----- Loja dois - cento e vinte e oito euros e trinta e quatro cêntimos de taxa diária. -----

----- Considerando que o evento decorrerá durante três dias o valor total das taxas a isentar é igual a mil quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 947/2023 – GCI - relativa à Adesão do Município à Associação Laboratório Colaborativo para a Inovação em Gastronomia Oeiras InnovGastronomy (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Deputada **Fátima Filipe (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “A InnovGastronomy CoLAB - Inovação para a criação de valor na Gastronomia Portuguesa, é-nos apresentado como o resultado da aprovação pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT) do projeto submetido pela Universidade Nova de Lisboa para a criação de um Laboratório Colaborativo, estando neste momento a aguardar o respetivo financiamento para os primeiros três anos. -----

----- A primeira pergunta é: qual é o valor global deste financiamento? -----

----- A Oeiras InnovGastronomy está enquadrada, segundo é dito, na estratégia europeia “From Farm to Fork”, de promoção de um ecossistema alimentar justo, saudável e sustentável e de uma cultura alimentar “made in Portugal” e alinhado com a Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia, no seu Eixo “Ciência e Inovação”. -----

-----O HUB gastronómico de Oeiras tem a ambição de liderar as atividades de formação, educação, investigação, desenvolvimento e inovação na área da gastronomia. -----

-----Naturalmente que sendo o município de Oeiras, um território eminentemente urbano, perguntamos: -----

-----Em que medida é que o Oeiras InnovGastronomy CoLAB pretende associar-se, se é que pretende, à estratégia AML Alimenta, de valorização dos produtos locais e combater o desperdício alimentar, de promoção da alimentação saudável e sustentável, e de valorização da dieta mediterrânica? -----

-----Gastronomia e turismo estão fortemente ligados, pelo que a criação deste HUB gastronómico parece fazer sentido. Aproveito só, e já agora, para dizer que não se percebe que com tanta insistência de promover um HUB gastronómico e com tanta ciência associada, se deixe os mercados de Oeiras completamente ao abandono e não se perceba, de facto, porque é que ele está enalhado há tanto tempo.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Temos neste ponto, como já foi dito, uma proposta relativa à adesão do Município de Oeiras à Associação Laboratório Colaborativo para a Inovação em Gastronomia em Oeiras, InnovGastronomy. Tem um nome muito chic. Regista-se que esta proposta de deliberação refere que é interesse da Câmara Municipal de Oeiras criar este projeto e cito “alinhado com o ETHOS gastronómico delineado na estratégia europeia “from farm to fork”, (da quinta para o garfo) e que visa promover um ecossistema alimentar, justo, saudável e sustentável”. A minha pergunta é muito simples: qual quinta e qual ecossistema alimentar justo, saudável e sustentável? -----

-----É que todos os dias vemos que as visões deste Executivo, quanto a estas matérias, são completamente antagónicas àquilo que este projeto parece ser e quanto àquilo que vem na própria proposta de deliberação. É que estamos a falar de um Executivo que acha que, para todos efeitos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não faz sentido haver Reserva Agrícola Nacional em Oeiras. A Reserva Agrícola Nacional em Oeiras é uma coisa anacrónica, é uma coisa do passado, diz este Executivo. Os solos agrícolas de alta qualidade, os tais que podiam contribuir para uma verdadeira estratégia “from farm to fork” (da quinta para o garfo), este Executivo acha que eles ficavam mesmo bem, mesmo muito produtivos e mesmo muito lindos, era com uns empreendimentos de luxo em cima. Na visão deste Executivo, um ecossistema alimentar justo, saudável e sustentável é botar umas dezenas de torres com TTrês a oitocentos mil euros em cima dos melhores solos agrícolas que este Conselho tem e que são dos melhores do país. -----

----- Esto é o mesmo Executivo que consegue, ao mesmo tempo, andar aí a dizer, em grandes festas e em grandes exercícios de propaganda que o vinho de Carcavelos (nem sequer fica em Oeiras, mas, enfim, os solos são, grosso modo, os mesmos) é o melhor do mundo, que temos as melhores uvas, vem gente em peregrinação do mundo inteiro e até de outras partes do sistema solar, da via láctea, dos confins do Universo, tudo em naves espaciais a aterrar nos heliportos que o Taguspark está a construir. Humanos e extraterrestres, todos unidos em profunda harmonia na admiração da perfeição das uvas e do vinho de Oeiras, que é de Carcavelos. E, ao mesmo tempo, ridicularizam quem acha que uma pequena parte (já é uma parte muito pequenina, muito pequenina), são os últimos dos moicanos dos solos de qualidade que este Concelho tem que, por acaso, são espetaculares para a agricultura, não... Deviam levar era com um sortido de “lofts”, “penthouses” e “rooftops” para inglês ver e comprar. -----

----- A dissonância cognitiva de ter este Executivo a apresentar esta proposta é de bradar aos céus, literalmente. Um concelho que não salvaguarda os seus melhores solos, não é um concelho que possa estar neste projeto de forma séria. Uma outra nota de aviso, sério também: o artigo vigésimo segundo dos estatutos desta associação diz que, e cito: “Constituem despesas da associação todas aquelas que se revelem necessárias à prossecução do seu fim”. O fim desta associação é a gastronomia, estão a ver onde é que eu quero chegar. Eu vou dizer na mesma, que

é para não haver margem para dúvidas: eu espero bem que isto não seja um “cavalo de Troia” para mais almoços de trabalho à base de arroz de lavagante, regados a banal Pera Manca branco. Espero mesmo, para bem de todos nós e para bem do nosso Município.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Depois deste momento teatral do Senhor Deputado Tomás Pereira, do Evoluir Oeiras, queria dizer que a gastronomia e a alimentação adquirem nos dias de hoje uma preocupação generalizada. Hoje em dia há uma tentativa de se fazer uma gestão justa, saudável e sustentável da alimentação e, portanto, tudo o que possa contribuir para isso e tudo o que possamos trazer para Oeiras neste sentido, é uma mais-valia.-----

-----Dizer ao Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) que o Vinho de Carcavelos é um vinho produzido por Oeiras, em terrenos localizados em Oeiras e é, de facto, um néctar. É um vinho que é servido nos melhores restaurantes do mundo, é um vinho que é servido, eu não diria na totalidade, mas na maior parte dos restaurantes de estrela Michelin em Portugal e, portanto, é um produto do qual nos devemos orgulhar e um produto no qual devemos continuar a investir.-----

-----De resto, dizer que para nós, independentemente das condições que venham a ser criadas (e penso que o Executivo poderá dar mais algumas explicações quanto a isto), penso que este é o caminho. Se Oeiras puder fazer parte desta parceria e puder desenvolver este HUB para investirmos em tudo o que seja investigação científica para melhorarmos este cariz tão indispensável da vida humana, que é a alimentação, terá como é lógico, todo o apoio do Grupo do PSD, e penso que do Evoluir Oeiras também.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Só quero repor aqui a verdade, porque o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma grande desonestidade e uma grande mentira. Nunca o Doutor Isaltino Afonso de Morais disse que queria transformar terrenos da Reserva Agrícola Nacional para empreendimentos privados, sendo de luxo ou não. Aquilo que foi dito aqui várias vezes, foi dito em fóruns autárquicos, foi dito em entrevistas televisivas, foi dito em debates sobre habitação, foi dito ao Primeiro-Ministro António Costa, foi que tinha que se alterar a lei, no sentido de aumentar a oferta pública municipal de habitação e para tal usar os terrenos da Reserva Agrícola Nacional. Portanto, aquilo que o Senhor Deputado fez foi dizer uma mentira, não sei se foi no meio do seu discurso, com o seu incentivo, eu compreendo que a palavra inovar lhe faça muita confusão, agora o Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso de Morais nunca defendeu tal posição e aliás, seria uma ilegalidade. Portanto, há que repor aqui a verdade. -----

----- O que foi dito, Senhor Deputado, foi que para aumentar a oferta de habitação, para baixar os preços, para melhorar as condições de habitação das pessoas, porque o preço dos terrenos é o fator mais caro, é o fator que mais encarece o custo da habitação, que deveriam ser disponibilizados terrenos da Reserva Agrícola Nacional. E mais uma vez, o Senhor Deputado perdeu uma oportunidade de estar calado, porque mais uma vez, os oeirenses perceberam que Vossas Excelências preferem as couves, os girassóis e os caracóis a dar habitação às pessoas. Muito obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Depois de ouvir, de facto, o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) e a sua intervenção, lembrei-me de uma frase de Francisco Sá Carneiro que disse na altura: “A política sem risco é uma chatice e sem ética é uma vergonha”.-----

----- De facto, o Senhor Deputado deve ser um ermita gastronómico, porque, de facto, ouvi-lo falar nos termos em que o fez, não sei o que dizer. Eu quando quero divertir-me vou ao teatro, vou ao cinema, não conto fazê-lo numa Assembleia Municipal. Eu gosto muito de humor, mas acho que ele merece ser utilizado “quantum satis”, portanto, a dose restrita e depois fazer política

juntando ou somando alhos com bugalhos e desculpem as expressões, não faz qualquer sentido. Estarmos a falar de gastronomia e a seguir cairmos em terrenos, em almoços, percebo a lógica, percebo a vossa lógica em termos de impacto político no exterior. Agora, eu julgo é que, em termos daquilo que deve ser a vossa mensagem e naturalmente não quero ter aqui qualquer, enfim, intuito pedagógico nesta questão, longe de mim, os senhores são livres de dizerem aquilo que entendem. Agora não posso ficar calado quando ouço certas coisas serem ditas como foram. Portanto, enfim, a cada um a sua verdade, eu fico com esta. Muito obrigado, Senhora Presidente. Disse. “-----

-----A **Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“O HUB vai ser, e será, uma plataforma gastronómica que promove a interação entre o património, a ciência, a saúde e o empreendedorismo, promovendo aqui uma cultura alimentar made in Portugal. Nada de mal, nada de novo, só coisas edificantes.-----

-----A acrescentar, a Universidade Nova de Lisboa propõe-se a co-liderar em articulação com o Município de Oeiras, à criação deste hub liderando as atividades de formação, educação investigação, desenvolvimento e inovação. Portanto, não se percebe exatamente os ventos e as marés aqui ouvidos. -----

-----Depois promove a gastronomia portuguesa e o património em toda a cadeia de valor, como, aliás, aqui foi dito. -----

-----De notar ainda que não há nenhum CoLAB na área da gastronomia em Portugal. Portanto, é um projeto sustentável, de valorização da dieta mediterrânica, do combate ao desperdício alimentar e sensibiliza para o desperdício alimentar, capacitando e educando a transição alimentar. Em suma, promove um ecossistema alimentar justo, saudável e sustentável.-

-----Dizer ainda relativamente ao Vinho de Oeiras, que, e não obstante a qualidade e o mérito da produção do Vinho da Villa de Oeiras, produzido pela Câmara Municipal de Oeiras, numa clara iniciativa do Município, deve dizer-se que a produção deste vinho teve na sua premissa preservar o património vinícola e todo o edificado à volta, como sabem. Um projeto de cariz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

público, de recuperação, de preservação e revitalização do património. Portanto, não me parece haver aqui nenhuma dissonância cognitiva, pelo contrário. -----

----- Portanto, Senhora Presidente, reitero o desafio que já em tempos lhe fiz de convidar os deputados para uma visita às adegas do Marquês de Pombal e ao Casal da Manteiga. Disse Senhora Presidente. Muito obrigada.” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os melhores terrenos agrícolas do país, são, foram sempre, os terrenos que os muçulmanos já designavam como “Balata” e que hoje nós conhecemos com nome mais prosaico de Lezírias do Tejo e podemos alargar também às Lezírias do Sado. Esses são os melhores terrenos agrícolas em Portugal, não são e nunca foram os de Oeiras. -----

----- O Senhor Deputado tem um forte complexo com a geografia, mesmo quando vem de outra galáxia. Ao limitar a produção agrícola ou melhor ao limitar o Projeto da Quinta ao Garfo ao estrito território do Concelho de Oeiras, esquece-se de uma base fundamental que, aliás, creio que defende acerrimamente, que é a noção de regionalização.-----

----- Imaginar o terreno de Oeiras como uma ilha completamente isolada e que não está integrada num território mais vasto, é o maior disparate que poderia ser dito nesta Assembleia relativamente a este tema.-----

----- Em Oeiras, essa interdependência é uma realidade. Os melhores terrenos agrícolas, esses que o Senhor Deputado sistematicamente ignora, porque nunca os identifica, só estão no Concelho de Oeiras, limitam-se às várzeas, às veigas que bordejam as nossas ribeiras. Não estão nos terrenos onde, desde a idade média apenas se produzia algum cereal, geralmente cereal pobre e que ainda hoje, se conhece minimamente o território, saberia que há muito terreno agrícola assim classificado da Reserva Agrícola no Concelho de Oeiras que de solo arável não tem mais do que três dedos. Eu acredito que o Senhor Deputado não conheça muito de agricultura, mas gostava de saber o que é que pretendia semear ali... agradecia Senhor Deputado que me deixasse continuar...

muito obrigado. -----

-----Os melhores terrenos agrícolas são, como eu disse, os que estão junto das nossas ribeiras. Ora, o Senhor Deputado ou não conhece minimamente o Concelho ou então quer nos induzir em erro crasso. Esses bons terrenos, esses melhores terrenos e são terrenos excelentes desde a idade média e eu sei do que falo, relativamente ao Concelho de Oeiras. Esses terrenos hoje estão ocupados, não por construções Senhor Deputado. A não ser nos pequenos espaços que constituem a área de povoamento consolidado que já vem mesmo da idade média. A começar por aquilo que então era designado nos documentos da idade média pela “aldeia de Oeiras”, integrada no respetivo reguengo que foi mudando de nome. -----

-----Ora esses terrenos hoje, Senhor Deputado, não só não têm construção edificada, mas têm os belos parques, onde o Senhor Deputado provavelmente pouco gosta de se deleitar, porque senão tê-los-ia referido. Se quiser exemplos, basta pensar no Vale do Jamor, basta pensar em todo o Vale da Ribeira de Barcarena e da Ribeira da Laje, onde, aliás, também não só há parque, mas também tem um excelente terreno agrícola cultivado. Onde, aliás, provavelmente também se produz azeite, que o Senhor afirma ou pelo menos demonstra não conhecer, também se produz em Oeiras. -----

-----De modo que, Senhor Deputado, quando voltar a fazer uma intervenção sobre este tema aconselhava-o vivamente que consultasse o seu colega de bancada, porque esse sendo licenciado em geografia, certamente, lhe daria umas lições básicas para não dizer tanto disparate. Disse, Senhora, Presidente.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Com a devida vénia, as intervenções do Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fará o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), as minhas intervenções faço-as eu, se não se importar e as intervenções do Grupo Político Evoluir Oeiras, fazemo-las nós, se o Senhor Deputado não se importar também. Portanto, quanto ao seu conselho, muito obrigado, mas não obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agradeço a precisão à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), nós estamos sempre prontos para admitir os nossos erros e quando nos enganamos e estamos aqui também para aprender uns com os outros e, portanto, agradeço-lhe genuinamente a precisão que fez.-----

----- A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), não percebeu onde é que está a dissonância cognitiva, mas eu repito. A dissonância cognitiva tem a ver com ter um executivo que despreza tudo o que é produção local, ecossistemas justos, saudáveis e sustentáveis como está na proposta e desconhecimento e desprezo esse que ficou, aliás bem patente na intervenção do seu colega de bancada, o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV). É ter este executivo a apresentar esta proposta e já que gostam de ter este executivo a apresentar esta proposta e ter este executivo constantemente a proclamar que o que distingue dos solos agrícolas é a construção. E já que gostam tanto de anglicismos, eu explico onde é que está a dissonância cognitiva com anglíssimo traduzido, não é possível ter um bolo e comê-lo ao mesmo tempo, ou se tem o bolo ou se come o bolo, não é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo.-----

----- Eu queria também dizer ao Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), que eu sigo uma máxima na vida e sigo-a de forma particularmente estrita em relação ao Senhor Presidente da Câmara e ao Movimento político que vocês, os dois, integram. Eu olho para o que vocês fazem, não olho para o que vocês dizem. Isto porque dizer, vocês dizem muita coisa, o que conta é aquilo que depois no fim do dia fazem. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não havendo mais inscrições o Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra? Faça o favor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Deve ser muito desconfortável ser deputado da oposição neste Município, só pode. Senhora Presidente, eu vou solicitar a sua ajuda, já tivemos um momento de interpretação de uma ópera-bufa ali do Senhor Deputado e se agora o Senhor Deputado deixasse que o executivo

municipal usasse o seu tempo de acordo com a sua liberdade de intervenção também era positivo.

-----Senhora Presidente, vou começar por citar a Senhora Deputada Fátima Filipe (PS):
“Oeiras é um Concelho eminentemente urbano”. De novo, porque apesar de estar próximo, o Senhor Deputado que revelou artes de interpretação extraordinárias parece não ter compreendido. É um Concelho eminentemente urbano, significa que é uma polis em construção. A cidade de Oeiras está a ser construída ainda.-----

-----Naturalmente que, as dificuldades... aliás, citando agora... não sei de quem é a música, mas está bem ... recuperando agora (hoje estou com vontade de citar alguns titulares de cargos socialistas) o que dizia o Senhor Ministro da Economia há algum tempo no Parlamento... já vou passar a palavra... o vosso problema é que são obcecados com ideias erradas, são retrógrados e, apesar de tentarem esconder... totalitários. O que é importante é o que os titulares dos cargos públicos em Oeiras fazem, o que concretizam.-----

-----Vamos lá ver, aqui o Senhor Vereador com o Pelouro da Educação está a concretizar um projeto de universalização do acesso ao ensino superior, significa que todo o jovem do Concelho de Oeiras que não tenha condições económicas para ir para a universidade, fazendo prova da insuficiência económica nos termos do Regulamento aprovado, tem direito a uma bolsa de estudo. É isto que nós fazemos.-----

-----Significa também que temos projetos interessantes como a recuperação do Vinho de Carcavelos, que ainda não conseguimos atingir os padrões de excelência do Senhor Deputado/ator, mas que fez do Município de Oeiras, o primeiro Município a ser reconhecido como o melhor produtor de vinhos generosos do país... certamente pouco.-----

-----Também é muito pouco recuperar um património histórico como este Vinho de Carcavelos, isso significa um divórcio enorme entre a tradição gastronómica e vitivinícola e este Concelho liderado por um obcecado com todos os outros obcecados em fazer betão. É horrível, o desempenho do que nós fazemos, é isto que nós fazemos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Também fazemos medidas horríveis como a política do medicamento que suporta cinquenta por cento da despesa de farmácia dos idosos com menor rendimento para conseguirem adquirir os medicamentos que, de outra forma, não conseguiriam adquirir. É isto que nós fazemos ou a medida de suportar o aquecimento nos meses mais frios do ano para os idosos, sem recursos económicos ... é tudo isto que nós não fazemos, é tudo isto que nós não fazemos. -----

----- Senhora Presidente, eu volto a pedir a sua ajuda... eu percebo o vosso desconforto senhores deputados, percebo o desconforto para com os êxitos do Município de Oeiras... eu respiro, eu estou tão bem-disposto Senhor Deputado, ainda não reparou... vocês criticam a minha felicidade, a minha boa disposição, eu nem sequer critico... eu só critico, a vossa cegueira. A vossa cegueira perante os êxitos deste Município. Agora estamos, não, não posso e peço desculpa aos que vêm, peço desculpa, todas as generalizações são erradas, inclusive esta que acabei de pronunciar. -----

----- Senhora Presidente, apenas estou aqui a dar alguns exemplos de políticas objetivamente erradas, desrespeitadores da dignidade individual do cidadão que nada contribuem para o bem-estar da nossa comunidade, tudo aquilo que o Senhor Deputado da oposição nos pediu para dizer, que o importante era aquilo que nós fazemos, que concretizamos. Depois concretizamos, termos a média de cidadãos com maior educação do país. Também concretizamos programas como o Oeiras Educa. Também concretizamos a política animal. Também concretizamos ser um Município português ou dos municípios portugueses que menos tempo leva para pagar aos fornecedores. Concretizamos tudo isso, concretizamos também já ter dez por cento contratualizados do PRR Habitação para resolver essa chaga que afeta todo o país, todas as cidades do país de falta de habitação para aqueles que menos têm. Apesar de nós concretizarmos isto tudo, vêm-nos dizer que o que interessa é o que vocês concretizam. Estamos aqui dizer o que nós concretizamos. Agora, concretizamos também políticas inovadoras ao nível da ciência, do financiamento da ciência no Concelho de Oeiras, da articulação com os institutos de investigação,

com as universidades que tão bem têm sido desenvolvidas pelo Senhor Vereador Pedro Patacho. Apesar de tudo isto, nada vos basta, porque o vosso exemplo não é Oeiras. O vosso exemplo, são os outros que menos fazem. -----

-----Senhora Presidente, depois deste meu introito longo e, naturalmente, aborrecido para os cegos que não querem ver, não para todos os outros, com a sua licença passava a palavra ao Senhor Vereador Pedro Patacho para explicar as dificuldades imensas deste projeto que nada tem de positivo aos olhos dos que nada querem ver. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho**, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Obrigado Senhor Vice-Presidente, e com a sua licença, Senhora Presidente.-----

-----Algumas notas também rápidas de esclarecimento relativamente a este projeto.-----

-----A Universidade Nova de Lisboa, que penso que todos conhecem, tem campos académicos e científicos em quatro concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Almada, Cascais e Oeiras). Destas quatro localizações, a Reitoria e os órgãos da Universidade Nova de Lisboa, escolheram o mais pequenino destes concelhos, provavelmente, por razões que lá saberão, escolheram o Concelho de Oeiras e apresentaram ao Concelho de Oeiras a proposta de parceria para o desenvolvimento deste Laboratório Colaborativo o InnovGastronomy. -----

-----Laboratórios colaborativos, como sabem, é uma estrutura de investigação e desenvolvimento reconhecida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, à qual a Universidade Nova candidatou este projeto, com um volume de financiamento que eu, agora devo dizer, não me recordo exatamente quanto é. -----

-----O CoLAB foi aprovado, mas ainda não foi informada a Universidade do montante exato do financiamento aprovado. Mas, logo que essa informação esteja disponível, obviamente, teremos gosto em partilhá-la. -----

-----Do que é que estamos a falar? Nós estamos a falar de uma estrutura que resulta da participação de várias valências da Universidade Nova de Lisboa e que vai desenvolver pós-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

graduações, vai desenvolver mestrados, vai desenvolver doutoramentos, vai desenvolver cursos rápidos para a cidadania, cursos de culinária, cursos de literacia alimentar, cursos de nutrição para os cidadãos comuns que gostam dessas áreas e querem desenvolver os seus conhecimentos e querem desenvolver-se pessoalmente nessas áreas.-----

----- Portanto, propõe-se fazer um trabalho que desenvolve do ponto de vista do conhecimento científico, do ponto de vista do impacto comercial, do ponto de vista do impacto na cidadania, na dinamização da economia e, por aí fora. O mais parecido que há e com isto aqui perto é no País Basco, na Cidade de San Sebastian, que é o Centro Culinário Basco, que nós tivemos a oportunidade de visitar com os representantes da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa como um “benchmark” daquilo que se quer fazer aqui em Oeiras. E para evitar leituras mais provincianas e mesquinhas, eu vou reafirmar, estamos a falar do País Basco, o País Basco, a região, tem um projeto muito semelhante a este que é o Centro Culinário Basco que desenvolve todas estas valências e se articula com o setor económico, com os centros de conhecimento e com a cidadania no desenvolvimento da gastronomia no País Basco. -----

----- Claro que, nós aqui em Portugal somos muito avançados, muito espertos e inteligentes e governamos muito bem e, portanto, não obstante tenhamos uma Região de Lisboa e Vale do Tejo, não conseguimos que a mesma tenha governantes eleitos que respondam ao povo e preferimos que tenham nomeados que respondem ao chefe. Mas, de facto, nós tínhamos todas as condições se houvesse uma macro região e uma capacidade de planeamento intermunicipal de que este projeto se posicionasse nesta região da mesma maneira como o Centro Culinário Basco se posiciona para todo o País Basco, a partir de San Sebastian. -----

----- Só uma última nota Senhor Vice-Presidente e Senhora Presidente para dizer que nós temos aqui em Oeiras, o principal Laboratório do Estado, na área da Agronomia e da Veterinária, o INIAV que desenvolve a mais avançada investigação nesta área, está localizado na Quinta Agrícola dos Marqueses de Pombal na Vila de Oeiras. É também aí que está em processo de

instalação e desenvolvimento do Oeiras Life Science Campus, com o conceito do “One Health”, uma só saúde, animais, seres humanos, alimentação, medicina, do qual é associado o próprio INIAV e que entre as suas áreas de trabalho, de desenvolvimento, de investigação e inovação estão precisamente a alimentação, o desenvolvimento da produção de alimentos, eficiência na produção de alimento, o desenvolvimento de novos alimentos, a nutrição humana e a nutrição animal e por aí fora. -----

-----Portanto, eu diria o seguinte: No Concelho que tem os níveis de desenvolvimento empresarial e de produção de conhecimento que nós temos com as instituições de ciência que aqui estão instaladas. -----

-----No Concelho onde está localizado o principal laboratório de Estado na área da Agronomia e da Veterinária com preocupações prementes na área da alimentação e do desenvolvimento alimentar. -----

-----No Concelho onde se vai instalar o principal campus científico de produção de conhecimento na área da biomedicina e das ciências da vida, com uma ligação muito forte a esta área da alimentação e da produção e desenvolvimento de novos alimentos e da nutrição. -----

-----No Concelho que tem a vitalidade e dinamismo económico que tem Oeiras, criar um centro de conhecimento e desenvolvimento em torno da gastronomia, que é uma área do ponto de vista do desenvolvimento económico tão relevante, a mim, parece-me lógico e natural e, se calhar, foi por isso que a Reitoria da Universidade Nova nos escolheu e nos convidou, apesar de estarem mais três concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Mas reconheço que posso estar a ver mal, mas julgo que a mim parece-me bastante lógico. -----

-----De maneira que, eu julgo que vai ser determinante, Senhora Presidente, um projeto muito bem-sucedido. Temos o Município de Oeiras... acho que nós todos, nós os órgãos municipais, o Executivo Municipal, a Assembleia Municipal, nós devemos sentir um orgulho muito grande por estarmos associados a este projeto de uma das mais prestigiadas universidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do nosso país. E devemos, de certa forma, nas reflexões que produzimos e nas análises que fazemos sobre isto, procurar fazer um acompanhamento construtivo do projeto. No sentido de garantir que a direção que ele vai ter é a direção correta e o impacto que ele produz no nosso território, do ponto de vista do desenvolvimento das pessoas, do ponto de vista do desenvolvimento da economia e do ponto de vista da criação de riqueza e afirmação do nosso território, é a direção que deve ter e que os impactos produzidos nessas áreas, são aqueles que devem ter. É, sobretudo nisso que nos devemos concentrar e julgo que é para isso que todos devemos colaborar e trabalhar com, naturalmente, os diversos contributos das diferentes visões, das diferentes posições que os senhores e as respetivas forças políticas representam, mas, sem palhaçadas, não é? Muito obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito rapidamente apenas para dizer que há teatros e teatros. E por estar a fazer teatro é que o Senhor Vice-Presidente falou de tudo menos da contradição central que eu aponte.

----- Não é possível dizer que se quer um Concelho totalmente urbanizado e ter em simultâneo mais projetos como o do Vinho de Carcavelos e a executar na plenitude estratégias de “farm to fork” e de ecossistemas justos, saudáveis e sustentáveis. -----

----- A forma da minha intervenção, e folgo em ver pelas várias intervenções que funcionou, serve precisamente para alertar o Executivo desta contradição insanável e para ver se percebem que se querem conciliar os dois eixos que aqui elencam, se calhar, convém introduzir um bocadinho de nuance quando afirmam esses eixos. -----

----- A prova disto tudo que estou a dizer é que nós vamos votar a favor deste projeto, até subscrevendo os princípios agora elencados pelo Senhor Vereador Pedro Patacho, sem mais considerações nem palhaçadas. E se fosse apresentado por um Executivo que estivesse verdadeiramente alinhado com estes princípios, eu não teria feito a intervenção que fiz e, se calhar, nem teria feito nenhuma intervenção neste ponto. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

4.8.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-- -----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Mónica dos Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária e João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 168/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 947/2023 – GCI – ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA A INOVAÇÃO EM GASTRONOMIA OEIRAS INNOVGASTRONOMY** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e quarenta e sete barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a constituição da Associação denominada, Associação Laboratório Colaborativo para a Inovação em Gastronomia Oeiras InnovGastronomy bem como a aceitação dos respetivos Estatutos.-----

----- A adesão do Município de Oeiras como sócio fundador à Associação Laboratório Colaborativo para a Inovação em Gastronomia Oeiras InnovGastronomy, mediante a aquisição de vinte unidades de participação no valor de quatrocentos euros, da Associação, após a sua constituição legal, bem como a realização da despesa com o pagamento da quota anual em valor a fixar nos termos da alínea h), do número um, do artigo décimo segundo, em Assembleia projeto

de estatutos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Temos vários munícipes para intervir e por isso encerrámos o nosso Período da Ordem do Dia e vamos dar a palavra ao público.”-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. O Senhor José Manuel de Carvalho, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“A voz e a minha vista podem atrapalhar um pouco, mas espero mesmo assim dizer aquilo que pretendo e são duas as questões: -----

-----A primeira, sobre a Praceta Dionísio Matias, em Paço de Arcos. A limpeza da Praceta continua a não ser feita com a regularidade e a frequência que são necessárias. O que se passa é que folhas e ramagens das árvores misturam-se com a humidade e com a água da chuva, transformando boa parte da área, junto ao parque infantil e às duas esplanadas, um autêntico lençol de sujidade e detritos. -----

-----O parque infantil que foi remodelado, resume-se hoje a dois baloiços e uma pirâmide para escalar destinada a crianças a partir de cinco anos de idade e é apenas isto o equipamento. Resultado, poucas crianças ali brincam e pais e filhos rumam para outras paragens. -----

-----Quanto aos dois estabelecimentos de restauração existentes na Praceta, ambos têm esplanada com toldos de lona que cobrem apenas as mesas. Em tempo chuvoso, não são nada agradáveis as condições, quer para os clientes, quer para quem tem de se deslocar para os servir. É necessário outro tipo de cobertura, robusta e impermeável que proteja a área desde o estabelecimento até à esplanada. Aliás, estas questões foram colocadas numa reunião pública a que eu assisti e pude colocá-las, mas a situação mantém-se. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A segunda questão, tem a ver com o Centro Cultural José de Castro ou auditório, como lhe queiram chamar. No passado dia dezoito estive presente, como de costume, na homenagem ao ator promovido pela Câmara Municipal de Oeiras e pela Voz de Paço de Arcos. Junto ao monumento escultórico de José de Castro usou da palavra, o Vereador da Cultura. No decorrer da intervenção e por duas vezes, entendeu o Senhor Vereador fazer aquilo que ele próprio chamou de pedagogia democrática e lamentou então o tom desrespeitoso e mesmo insultuoso que algumas pessoas têm usado para manifestar discordância quanto ao processo de criação do Centro Cultural. O exercício pedagógico foi, de facto, incisivo, contundente e impossível de contrariar também visto que era a intervenção final do ato de homenagem. -----

----- Desrespeitoso foi ignorar a proposta da Assembleia da União de Freguesias que por unanimidade aprovou em dois mil e dezassete, defendendo e cito: “que a construção do Centro Cultural José de Castro, em Paço de Arcos, a iniciar num ano em que se cumprem quarenta anos da morte do ator, seja uma prioridade assumida pelos órgãos autárquicos, dando cumprimento a uma promessa feita há mais de vinte anos e que, o mesmo seja construído, no local já destinado para o efeito e, segundo o projeto já aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras”. Desrespeitoso foi dois anos depois, ter sido atirada às malvas uma recomendação da Assembleia da União de Freguesias, no sentido de, cito também: “que se retoma a versão e a localização iniciais do projeto que face à eventual impossibilidade de se retomar a versão inicial, sejam asseguradas as áreas equivalentes, bem como as funcionalidades previstas no projeto de dois mil e nove.”-----

----- O que verdadeiramente importa saber é: Vai aquele espaço abrir-se às coletividades e instituições locais para que a população possa não só desfrutar, mas criar também? Que medidas está o Pelouro da Cultura a pensar nesse sentido? Muito obrigado.”-----

5.2. O Senhor Nuno Filipe da Costa, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É a primeira vez que participo numa Assembleia Municipal e peço desculpa se falhar em alguma formalidade. O meu nome é Nuno Costa, eu sou residente na Freguesia de Barcarena

(e tive hoje pela primeira vez a felicidade de conhecer a minha Presidente) e moro numa zona ali junto à Fábrica da Pólvora, não do lado da Fábrica em si, mais junto ao Parreirinha... exatamente, alguém disse o nome de golf, isso mesmo, somos vizinhos?-----

-----Aquilo é uma rua sem saída, uma zona com muitos espaços verdes, a limpeza é assegurada pela Câmara Municipal de Oeiras, segundo me informou a Presidente, mas também por outras entidades. E segundo também pude apurar, essa manutenção é assegurada por uma empresa externa não diretamente... (estamos publicamente e eu preferia não publicamente dizer o nome da rua, mas tem o nome de um dos pastorinhos, é uma rua sem saída, é fácil chegar lá, são três, temos a Jacinta e temos o... é o outro).-----

-----O que acontece e vou partilhar convosco é o seguinte: -----

-----Sou residente no Município há pouco tempo, até há bem pouco tempo vivi em Madrid, e vou partilhar convosco como acordei no primeiro dia útil do ano, às oito da manhã, no dia dois de janeiro de dois mil e vinte e três, eu acordei assim... isto é um soprador de folhas, utilizado pela empresa que realiza os trabalhos de manutenção nas áreas verdes. -----

-----Ora bem, eu no dia dois, depois de acordar às oito da manhã enviei um e-mail para a Câmara Municipal de Oeiras, foi enviado no dia dois e foi lhe atribuído o número cento e quarenta e um de dois mil e vinte e três e recebi uma resposta no dia vinte por parte do Município a dizer que: “De acordo com o Regulamento Geral do Ruído, o período para a realização do ruído é das sete às vinte. Muito obrigado.” Entretanto, eu já tenho alguma juventude acumulada, talvez a minha paciência já não seja a mesma, mas os trabalhos de manutenção continuaram. A injustiça da Câmara, a técnica também respondeu a dizer: “Mas, todavia, vamos solicitar que não se produza ruído tão cedo” e, de facto, agora só começam às dez da manhã. Menos mal, mas o ruído é desagradável. -----

-----Eu trabalho em casa, sou empresário, tenho o meu negócio e faço reuniões em casa. Moro num terceiro andar e faço muitas reuniões em casa e muitos telefonemas e falo com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

indivíduos e personalidades que requerem um bocadinho de discrição e também para o meu sossego e paz. Eu não consigo, de facto, coabitar com duas/três horas sistemáticas deste ruído que são duas/três horas. -----

----- Portanto, no dia trinta e um do dez, voltei a enviar um novo comunicado à Autarquia que me respondeu com o número do processo CMO/dois mil e vinte e três, número sete dois seis três cinco com a seguinte resposta: “De acordo com o Regulamento Geral do Ruído dois sete oito de dois mil e sete e artigo catorze, temos toda a legitimidade para o fazer, mas vamos pedir à empresa que evite utilizar maquinaria que produza ruído.”-----

----- Ora bem, eu hoje voltei a enviar um email e em jeito de conclusão, se qualquer um de vocês pesquisar na internet sopradores de folhas elétricos, a partir dos vinte euros encontram-se equipamentos silenciosos à venda que podem ser utilizados por qualquer entidade. Não vejo que o preço seja um problema. -----

----- Citando o Regulamento Geral do Ruído, ele é estabelecido pelo Decreto-Lei zero nove de dois mil e sete, cujo o artigo três, da alínea um, determina a forma de cálculo de ruído, mas também os decibéis que é permitido para a realização do ruído e neste caso, são cinquenta e cinco. Cabendo à Autarquia a fiscalização, neste caso à Câmara Municipal de Oeiras, o que eu queria solicitar aqui a esta Assembleia, visto que não tenho uma resposta assertiva para resolver a minha situação, senão equacionar mudar-me e voltar para Lisboa, que é onde estava, que seja feita uma intervenção no sentido (utilizando a autoridade competente, neste caso, segundo foi informado pelo meu advogado, é a Polícia Municipal de Oeiras) de se proceder à monitorização do ruído e aos decibéis produzidos porque, acima de cento e vinte decibéis coloca-se aqui em causa o bem-estar e saúde individual, bem como a audição, e o indivíduo tem direito, de acordo com os seus direitos de personalidade, ao descanso e ao sossego. -----

----- Gostaria, só para terminar, agradecer o vosso tempo e dedicação ao serviço público. Muito obrigado.”-----

5.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte. -----

-----“Eu acho que não vale a pena o Senhor mudar de Concelho. Isto porque o que teve é a prova de que o Concelho de Oeiras é limpo e que há essa preocupação. Foi para começar bem o ano teve esse... mas, na realidade, de facto, vai gostar de viver no Concelho de Oeiras, já gosta, com certeza. -----

-----Estas máquinas, realmente, fazem o seu ruído e eu também acordo, muitas vezes ao domingo se durmo de janela aberta, com a máquina de cortar relva do vizinho, portanto, é uma maneira de realmente mantermos as coisas... também não é assim... vai gostar.”-----

5.4. O Senhor Nuno Filipe da Costa, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Peço desculpa, mas discordo inteiramente do que está a dizer, do comer e calar, não é assim que funciona. Da mesma forma que não tem que assentir que viaturas às duas e três da manhã façam corridas ilegais à frente da minha casa. Eu poderia partilhar um vídeo daquilo que oiço de minha casa, porque o som é projetado devido ao vale... espero bem que sim, se Deus quiser... assim espero e da mesma forma que não aceito que eu tenha que comer e calar ou que as entidades não cumpram a sua função, nomeadamente as entidades que têm o dever da fiscalização. -----

-----Eu dentro dos meus direitos como cidadão, assessorado juridicamente, estou de boa-fé a tomar as diligências necessárias para que se possam tomar providências, porque a minha alternativa não é simpática, é mudar ou outra. Agora, a Senhora Presidente também pode, a primeira coisa que eu faria se estivesse no seu lugar e é o que faço, quando tenho esse problema, vou falar com os meus vizinhos. É a primeira coisa que a gente faz e a segunda, não conseguindo resolver, é chamar as autoridades competentes. Obrigado.”-----

5.5. O Senhor Camilo Saraiva, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

-----“Estamos em vésperas de mais um glorioso Vinte e Cinco de Novembro, data que não poderá ser esquecida pelos fiéis democratas deste país. -----

-----O Vinte e Cinco de Novembro, Senhora Presidente tem o cariz da maior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

responsabilidade política nacional, mais até, isso quanto a mim, do que o próprio Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e por uma só razão. O Vinte e Cinco de Abril, só é devido ao levantamento de uma faixa de militares, alguns dos quais comandantes da Legião Portuguesa, outros que foram criadores de um exército paralelo secreto no Sul de Angola, ao qual deram o nome de “Flechas” e ainda há aqueles que chefiaram organizações criminosas como as FP Vinte e Cinco. -----

----- Já o Vinte e Cinco de Novembro, foi executado com êxito por militares democratas empenhados em restabelecer a democracia que estava a ser roubada ao país quando se caminhava para a pior das ditaduras a mando da China, do paraíso Albanês (que estava em voga naquele tempo) e da sempre utópica, a ex URSS. -----

----- Senhora Presidente, a esquerda deste país, cuja manipulação e desinformação é o seu lema mor, teima em branquear o Vinte e Cinco de Novembro, porque o mesmo foi o principal marco do início da sua aniquilação política, é um erro histórico. Alguns deputados do silêncio afirmarem que o Vinte e Cinco de Novembro nada tem a ver com Oeiras. A esses direi categoricamente: se não fosse o Vinte e Cinco de Novembro, o mais certo era não serem deputados de coisa nenhuma e aposto que nem sequer aqui estaríamos hoje. -----

----- Senhora Presidente, vivemos num tempo em que a esquerda deste país, já é confrontada com o contraditório. Esta mesma esquerda, andou quarenta e sete anos sem confronto. Felizmente que hoje, apesar da sua tentativa manipuladora, não conseguirá jamais ter o monopólio do discurso dos factos e das ideias até na Assembleia Nacional deixou de se impor e está cada vez mais a falar sozinha. -----

----- Hoje, é confrontada por várias forças políticas da direita deste país. Finalmente, deixou de haver o medo e a timidez de a confrontar, coisa que o esquerdismo não estava sequer preparado para tal. Já se sente o estrondo e o desmoronar dos seus débeis pés de barro, por tudo quanto o Vinte e Cinco de Novembro vale direi: honra e glória eterna a Jaime Neves e a todas as unidades

gloriosas dos comandos deste país. Viva o Vinte e Cinco de Novembro. Sempre. -----

-----Obrigado e boa noite.”-----

5.6. O Senhor Duarte Figueira, município de Oeiras, disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente da Assembleia, considere, por favor, efetuados os devidos cumprimentos a esta Assembleia. -----

-----O meu nome é Duarte Figueira, sou residente em Oeiras, na Avenida de Brasília e decidi inscrever-me para intervir na sequência do Ponto de Ordem de Trabalhos relativo à isenção de taxas para a realização da segunda edição do evento Açores e Madeira no Mercado e decidi inscrever-me também na qualidade de ilhéu, porque sou natural do Funchal.-----

-----Quero dizer ao Senhor membro da Assembleia do Partido da Iniciativa Liberal, o seguinte:--- -----

-----A Madeira e os Açores são regiões periféricas. Algumas das ilhas dos arquipélagos, regiões ultraperiféricas como é o caso da Ilha do Porto Santo e, desde sempre, enfrentamos imensos obstáculos e dificuldades associados aos custos de insularidade e custos de transporte e sempre fomos ultrapassando estes desafios com muita estoicidade, fazendo uma alusão ao Hino da Região Autónoma da Madeira. Mas, também acredito, estando cá viver desde os meus dezoito anos, na solidariedade entre todas as regiões de Portugal. -----

-----Quando o Senhor da Iniciativa Liberal descreveu, num tom que provocou em Sua Excelência um riso, tom jocoso, os vários produtos tais como broas de mel, tais como o bolo do caco, tais como a poncha... a poncha do pescador, Senhor membro, historicamente, foi utilizada pelos pescadores, em alto mar para se protegerem do frio. Estes produtos dizem muito da nossa cultura, da nossa forma de estar, tal como produtos desde o Minho ao Algarve e todos devemos respeitar-nos e olhar para o que nós produzimos com base na nossa cultura e somos um país riquíssimo desse ponto de vista. -----

-----Em política devemos ponderar as nossas decisões e muitas vezes moderar aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é o nosso primeiro pensamento que nos vem à cabeça e olhar outras perspetivas. Isto porque como ilhéu senti-me, de alguma forma, desrespeitado pela sua intervenção e sei que muitos ilhéus como eu sentiram-se desrespeitados. -----

----- A existência do evento permite, não só, como disse e muito bem, o Senhor Jorge Pracana, do Partido PPD/PSD, dar a conhecer os produtos a quem nunca lá foi e isso inclui os meus colegas estrangeiros, eu trabalho numa multinacional alemã, Senhor membro da Iniciativa Liberal e muitos colegas estrangeiros que não conhecem também a Madeira, nunca lá foram e é uma forma de abrir, eventualmente, outros mercados. E, também para pessoas como eu, que são deslocadas, diminuïrem as saudades de casa. Ainda falta para o Natal para irmos visitar nossa família e comer a carne vinha d'alhos. -----

----- Apesar de simbólica a isenção, são sempre bem-vindas, porque os obstáculos são imenso que os pequenos produtores enfrentam e, por isso:-----

----- Muito obrigado, a esta Assembleia pela aprovação.-----

----- Muito obrigado, à Câmara Municipal por colocar à votação esta iniciativa e em suma e mais importante do que tudo, muito obrigado aos oeirenses e às oeirenses pela sua solidariedade para com a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores. Agradeço a vossa atenção. Disse, Senhora Presidente.”-----

5.7. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Começando pelo fim, eu compreendo o Senhor como madeirense ficar aborrecido realmente àquilo que aqui foi dito e tem razão. No fundo, estes mercados permitem que pessoas que nem sequer conhecem as regiões autónomas possam ter contacto através da gastronomia ou dos vinhos. Muito obrigado pela sua intervenção. -----

----- Queria também dizer ao Senhor que falou em primeiro lugar sobre a Praceta de Dionísio Matias e sobre José de Castro. -----

----- Eu julguei que as pessoas de Paço de Arcos estavam satisfeitas com a solução, com o

Auditório José de Castro. Realmente, há anos que se falava num auditório, num centro cultural com o nome de José de Castro. Eu própria, enquanto Vereadora da Cultura fiz essa promessa, digamos assim, algumas vezes. Isto porque era, realmente, uma coisa que todos nós queríamos, era que se fizesse algo em Paço de Arcos de âmbito cultural com o nome de José de Castro para honrar a sua memória. Julguei que estavam contentes, fiquei realmente admirada com a intervenção que o Senhor aqui fez. Não tinha essa ideia, mas tomo nota e a Câmara Municipal saberá e, aliás, como disse estava presente o Vereador, como acontece ... não estava? Não, não é vereador da cultura, estava em representação, sei que quem tem a cultura é o Presidente. Mas de qualquer modo, o facto de estar presente um Vereador, mostra a consideração, digamos assim, o respeito que existe pela figura do José de Castro. Era isto que tinha para lhe dizer.-----

-----Ao Senhor Camilo Saraiva sobre o fim Vinte e Cinco de Novembro, pois, muito bem, todos nós sabemos... todos nós não. Eu lembro-me do Vinte e Cinco de Novembro, muitos dos meus colegas ainda não existiam nessa altura, mas pronto, expôs a sua posição, o que nós agradecemos. -----

-----Não sei se algum representante de algum grupo político pretende usar da palavra. Pela minha parte, nada mais tenho a dizer... quer usar da palavra Senhora Deputada? Faça favor. A Senhora Deputada do Partido Socialista tem três minutos para a sua intervenção.”-----

5.8. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“De forma rápida, quero dizer-lhe, e lamento ter que o fazer, que fiquei muito admirada hoje com a ausência da aplicação do mesmo critério por parte da Senhora Presidente em intervenções, qualquer uma delas com as quais eu não concordo, qualquer uma delas não do meu foro político, mas voltando atrás, com a diferença de tratamento que a Senhora Presidente teve perante duas intervenções claramente políticas.-----

-----Há uns tempos atrás, no tempo em que discutimos o Espargal, existiram aqui algumas intervenções, alguns discursos que questionaram o papel da Câmara e a Senhora Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

insurgiu-se e disse (não me lembro exatamente em que dia nem com quem foi) que não permitia, que se fizessem intervenções que não respeitassem o Regimento e aquilo que este diz é que têm que ser colocadas questões diretamente sobre o Município. Hoje, curiosamente, vá-se lá saber porquê, com a intervenção do Senhor Camilo Saraiva, numa intervenção de igual modo de forma política, a Senhora Presidente não fez a mesma intervenção retirando-lhe a palavra ou pelo menos no final da sua intervenção, chamando-o a atenção que não é isso que está previsto no Regimento. Queria deixar clara que a posição do Partido Socialista é a mesma para ambas as situações. Muito obrigada.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Não havendo, portanto, mais intervenções damos por encerrada esta Sessão. Uma boa noite a todos e até à próxima.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e cinquenta minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente, -----

-----O Primeiro Secretário, -----

-----O Segundo Secretário, -----

